

Coimbra, cidade verde

Introdução à análise dos espaços verdes da cidade de Coimbra

Prova final de licenciatura em Arquitectura

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra | **Professor orientador** João Paulo Cardielos

Maria Rita Monteiro Fonseca | Setembro de 2009

Índice

Introdução

A evolução dos espaços verdes de Coimbra

Da fundação à segunda metade do séc. XIX

Da segunda metade do séc. XIX às primeiras décadas do séc. XX

Da década de 40 à década de 70 do séc. XX

As últimas décadas do séc. XX

Os espaços verdes da cidade actual

Espaços verdes urbanos

Espaços verdes não urbanos

Considerações finais

Introdução

Esta prova nasce do desejo de compreender o papel dos espaços verdes urbanos no contexto português tomando como exemplo a cidade de Coimbra.

Apesar de ser um tema cada vez mais actual e da importância da interdisciplinaridade em Arquitectura, tem sido pouco abordado ao longo do curso. Por outro lado, são escassos os estudos relativos a este assunto, nomeadamente no caso de Coimbra, e os que existem tendem, com frequência, a encarar os espaços verdes de um modo historicista e descontextualizado do território urbano.

A cidade de Coimbra constitui uma ampla base de reflexão, quer pela extraordinária área verde que apresenta, quer pela diversidade de morfologias que integra – parques e jardins, *boulevards* e *passeios públicos*, ruas e praças ajardinadas e/ou arborizadas, áreas florestais e cultivadas... e inúmeros “vazios urbanos” onde domina o elemento vegetal. Não há, porém, uma real

consciência dessa dimensão e riqueza, tanto por parte dos cidadãos, quanto das autoridades competentes, pelo que o verde não tem sido verdadeiramente entendido como uma componente de valorização, qualificação e estruturação essencial ao planeamento do território urbano que integra.

Através deste trabalho pretende-se, assim, apreender globalmente os espaços verdes de Coimbra, assimilá-los como momentos de convergência entre urbanismo, arquitectura e paisagismo e analisá-los enquanto estrutura indissociável do meio urbano (da morfologia da cidade, do sistema natural que a suporta, da sociedade que a constrói e habita) e da sua contínua transformação.

Deste modo, numa primeira parte, é feita uma pesquisa sobre a evolução da estrutura verde de Coimbra desde a fundação às últimas décadas do séc. XX, sendo destacados três períodos fundamentais:

O primeiro compreende Coimbra até à segunda metade do séc. XIX e marca o domínio dos espaços verdes privados de carácter agrícola, culminando com o estabelecimento do Jardim Botânico da Universidade, no final do séc. XVIII.

O segundo corresponde à expansão urbana da segunda metade do séc. XIX, que se prolongou pelas primeiras décadas do séc. XX, e aborda a introdução dos conceitos de *avenida/boulevard* e de parque urbano na cidade, bem como a criação de refúgios intimistas referenciados aos ideais do Romantismo.

O terceiro situa-se entre as décadas de 40 e 70 do séc. XX e remete para os impactos das intervenções promovidas pelo Estado Novo na cidade e para as estratégias presentes nos três planos de urbanização realizados para Coimbra neste período.

Após esta retrospectiva histórica, é feita a caracterização da estrutura verde da cidade

actual, a partir da compreensão das profundas alterações ocorridas no desenvolvimento urbano de Coimbra nas últimas décadas e das orientações definidas no Plano Director Municipal (elaborado entre 1983 e 1993).

Propõe-se uma interpretação global e sintética da diversidade de espaços verdes de Coimbra e da complexidade de relações que estabelecem entre si e com o meio urbano, definindo morfologias particulares e abordando aspectos como localização, dimensão, programa, formas, uso, acessibilidade ou integração na mobilidade urbana.

Por um lado, estuda-se o modo como os modelos históricos implementados no passado se enquadram no meio urbano actual; por outro, analisam-se as tendências contemporâneas de intervenção e desenho de espaços verdes, procurando encontrar eventuais estratégias subjacentes.

Por último, feito o contraponto entre passado e presente, é salientada a importância da implementação de uma estratégia de futuro, global e concertada, em Coimbra, como condição essencial para a construção de uma cidade duradoura e para a qualidade de vida dos cidadãos, reflectindo-se sobre as suas possibilidades de concretização.

Esta prova assume-se como uma base ou análise introdutória que, recorrendo a meios textuais, cartográficos, gráficos e reflectindo uma vivência pessoal quotidiana, pretende, acima de tudo, ser uma chamada de atenção, uma tomada de consciência da enorme extensão e diversidade do espaço verde existente em Coimbra, bem como das suas potencialidades. Deve, neste sentido, ser entendida como um contributo para a compreensão da cidade de Coimbra em toda a sua complexidade.

A evolução dos espaços verdes da cidade

“No contexto ibérico, o sítio de Coimbra – cartograficamente assinalado com um caprichoso meandro do rio Mondego – é um nódulo de importância nevrálgica entre o norte e o sul, entre o interior e o litoral¹”.

O território de cidade apresenta uma paisagem contrastante, decorrente da sua situação na transição entre estruturas geomorfológicas igualmente contrastantes: as vertentes declivosas do “Maciço Marginal de Coimbra” (um conjunto montanhoso que surge na sequência da “Cordilheira Central Portuguesa”), a Este, e a vasta e fértil planície aluvionar do Mondego (cuja bacia hidrográfica integra a “Orla Litoral”) – os chamados Campos do Baixo Mondego.

Na verdade, Coimbra está totalmente inserida na bacia do Mondego, que se caracteriza por um regime hidrográfico extremamente irregular e por um traçado bastante sinuoso, assim como pelo elevado volume de materiais transportados e acumulados pelo seu caudal.

A conjugação destes factores conduziu a um assoreamento contínuo e, conseqüentemente, a um extraordinário aumento da cota do leito do rio ao longo dos séculos, que provocou o soterramento sistemático de edifícios e pontes. Além disso, a cidade foi frequentemente inundada tendo, ao longo da sua história, sido realizados inúmeros esforços para minorar as catástrofes associadas às cheias.

Efectivamente, o desenvolvimento da cidade foi fortemente condicionado pelo Mondego, mas também marcada pelos seus afluentes – pelo rio Ceira e pelas várias ribeiras que sulcaram o território, dando origem a significativas zonas de vale, de natureza igualmente aluvial, muito fértil, por vezes inundável: os vales do rio Ceira, das Flores, da Arregaça e do Calhabé, da Ribela ou de Santa Cruz, de Coselhas, da Ribeira dos Covões...

No relevo acidentado de Coimbra, além dos principais cursos de água e áreas adjacentes, podem identificar-se cumeadas

e colinas particularmente representativas, atravessando e pontuando o território, como, por exemplo, o conjunto formado por Conchada, Montarroio, Montes Claros, as elevações de Celas, dos Olivais e do Tovim, o pequeno planalto do Bairro Norton e Matos, os morros do Pinhal de Marrocos, o Monte da Esperança...

Da fundação à segunda metade do séc. XIX

Foi na colina da actual Alta da cidade que se estabeleceu o primeiro núcleo populacional. O lugar ocupava uma posição geográfica estratégica, apresentando excelentes condições naturais e características topográficas especialmente favoráveis à defesa. A elevação, debruçada sobre o Mondego, exhibe encostas íngremes (sobretudo a Norte e a Sul), interrompidas por um declive suave a Sudeste.

Relativamente à sua fundação, os vestígios são escassos e as teorias divergem. De qualquer modo, foi no período de romanização da península que a cidade se definiu enquanto estrutura urbana².

Aeminium, a Coimbra romana, envolvida por muralhas, erguia-se sobre o cruzamento de duas grandes vias de comunicação: o rio

Mondego (navegável até à foz) e a estrada Olissipo-Bracara Augusta. A cidade centrava-se no fórum, implantado sobre um criptopórtico de modo a vencer o declive do terreno, e era estruturada pelo Largo da Feira e pela Rua Larga.

Além do criptopórtico, integrado no Museu Machado de Castro, subsiste somente parte do aqueduto, que captava água na zona de Celas, conduzindo-a para o Largo da Feira. A ocupação romana marcou a organização da cidade subsequente, definindo a orientação de arruamentos e fixando a localização de edifícios significativos.

Na Idade Média, a colina foi perdendo gradualmente a sua função defensiva e polarizadora e a cidade, rompendo o

perímetro amuralhado, invadiu progressivamente a estreita faixa de terreno plano que se estende ao longo do Mondego, aproximando-se das grandes acessibilidades e dos solos férteis (e inundáveis) das margens. Definiram-se assim duas áreas urbanas distintas, claramente delimitadas: a Almedina e o Arrabalde.

Na Almedina, os eixos fundamentais de circulação correspondiam às ruas que atravessavam as muralhas nas três principais portas (de Almedina, do Castelo e de Belcouce), confluindo para o Largo da Sé Velha³. O Largo da Feira e a Rua Larga, que articulava o Paço Real e o Castelo, permaneceram como os grandes elementos urbanos do planalto da Alta.

O Arrabalde, pontuado pelas igrejas de Santa Justa, S. Tiago e S. Bartolomeu,

formou-se ao longo da antiga via romana e em redor do rossio da Praça Velha, tornando-se no grande pólo de desenvolvimento económico e comercial de Coimbra. Na Baixa, foi iniciada, em 1131, a construção de uma das mais determinantes instituições da cidade: o convento agostinho de Santa Cruz, cuja cerca defensiva se estendia pelo Vale da Ribela.

Surgiram também pequenos núcleos populacionais periféricos, associados ao estabelecimento das ordens mendicantes: a Nordeste da cidade, junto aos mosteiros de Santo António dos Olivais e Celas de Vimarães, e na margem esquerda do Mondego, em torno dos conventos de Sant'ana, S. Francisco e Santa Clara.

No período medieval estavam definidos os traços gerais da fisionomia urbana da cidade, que apenas se vieram a alterar significativamente com o estabelecimento definitivo da Universidade em 1537, promovido por D. João III.

Para receber a instituição, além da reforma do Convento de Santa Cruz (a sede dos estudos menores), empreendida entre 1527 e 1545, realizaram-se duas grandes intervenções urbanísticas. Em 1535, a Norte do complexo crúzio, foi iniciada a abertura da Rua da Sofia, que foi sendo progressivamente ocupada por colégios das várias ordens religiosas. Em 1540 estava já em curso a urbanização da área Este da Alta, que adquiriu um traçado rectilíneo, estruturado em torno da Rua Larga e do Largo da Feira. No entanto, a Universidade acabou por ser instalada nos Paços Reais, que foram envolvidos por novos colégios religiosos, como os das Onze Mil Virgens e das Artes, pertencentes à Companhia de Jesus. Nesta época, a cidade teve um rápido crescimento demográfico, que se repercutiu no desenvolvimento dos núcleos periféricos e na extensão do tecido da Baixa para Oeste e para a encosta de Montarroio.

Já no séc. XVII, assiste-se à reconstrução de grandes complexos conventuais, devido ao soterramento dos edifícios primitivos, vítimas do assoreamento do Mondego: S. Francisco e Santa Clara foram implantados no Monte da Esperança, ainda na margem esquerda, enquanto Sant'ana foi transferido para a área Sudeste da cidade, onde também se ergueu o Convento de S. José dos Marianos.

Na primeira metade do séc. XVIII, ressalta a edificação da Biblioteca Joanina e da Torre da Universidade, dois grandes ícones da cidade contemporânea, assim como do Seminário Maior e do Convento de Santa Teresa.

Coimbra, porém, permaneceu circunscrita à Alta, à Baixa e a alguns núcleos periféricos, com ligações rudimentares entre si.



Vista de Coimbra, Georg Hoefnagel, 1566

A cidade caracterizava-se por um sistema de largos e praças, articuladas por ruas estreitas e irregulares, muitas vezes sinuosas, vencendo a topografia acidentada e adaptando-se às construções. No entanto, por detrás da densidade do casario, disposto ao longo do traçado viário, abundavam hortas e quintais, inclusivamente na cidade alta, que nunca esteve superlotada. Tratava-se de pequenos recintos murados, anexos às habitações, sempre que possível com tanque ou poço, onde se cultivavam legumes, flores, plantas medicinais, árvores de fruto e vinhas, em canteiros regulares.

Esta característica, presente em diversas cidades portuguesas, terá sido desenvolvida durante a ocupação muçulmana⁴, tornando-se recorrente a partir da Idade Média.

Coimbra encontrava-se envolvida por um conjunto de quintas e cercas conventuais, que definiam claramente o perímetro urbano, restringindo a sua expansão. Eram extensas propriedades rurais, que se assumiam também como espaços privilegiados de recreação, *“constituíam pequenos mundos onde as necessidades do utilitário se ligavam ao prazer de viver e ao prestígio social. A mata, a horta, o laranjal e o jardim ocupavam espaços bem delimitados, mas articulados entre si, onde a produção se ligava intimamente à contemplação em lugares íntimos e amenos. A água nascida das fontes, conduzida através de minas, recolhida nos tanques possibilitava a exuberância da vida nesses lugares onde se recriava o paraíso terrestre”*⁵.

É o caso, por exemplo, da Quinta de S. Martinho ou do Bispo, a quinta de recreio dos Bispos de Coimbra. Localizada numa zona de vale na margem esquerda do Mondego, desenvolvia-se ao longo de uma cenográfica alameda, pontuada por pomares e jardins, tanques e fontes, pátios e muros decorados com embrechados – *“tão sumptuosa e real que mais parece habitação dos príncipes que recreio dos bispos”*⁶.

A cidade apresentava, assim, uma vasta área verde, composta por espaços privados essencialmente de carácter agrícola. Distinguindo-se destas estruturas, surgiam os claustros dos inúmeros conventos e colégios que pontuavam a cidade, referenciando-a enquanto lugar urbano. Constituindo-se como centros espaciais e simbólicos da comunidade monástica, os claustros estavam intimamente ligados a uma concepção de vida contemplativa. Eram espaços rigorosamente separados do mundo exterior, invariavelmente quadrangulares e com fonte central, geralmente organizados a partir de uma

planimetria quadripartida, definida por canteiros ou pela marcação de pavimentos; uma estrutura que, buscando a relação entre o terreno e o divino, evocava o jardim do paraíso, o *hortus conclusus*.

Neste contexto, evidenciava-se o Convento de Santa Cruz, que foi sofrendo várias alterações ao longo do tempo.

O complexo edificado crúzio integrava um dos exemplos mais significativos, e curiosos, da arquitectura e do jardim humanista português: o jardim do Claustro da Manga, construído durante a reforma joanina. O conjunto central, apresentando um complexo programa iconográfico, “pretende representar a conformidade do Espírito Santo (a cúpula central sobre as oito colunas) com a acção terrena dos santos, metaforizada pelos quatro ermitérios (ou cubelos) separáveis da fonte central por quatro pontes levadiças. Para cada um dos pontos cardeais partiam dois tanques, num total de oito, que unidos dois a dois sob as

pontes, representavam os quatro rios do Paraíso. O exemplo dos eremitas servia, assim, de ‘sermão permanente’ à comunidade reformada segundo os valores da clausura e do silêncio”⁷.



Claustro da Manga

O domínio de Santa Cruz foi-se expandindo progressivamente pelo Vale da Ribela, acabando por contornar a colina da Alta e por chegar até Celas. Tratava-se de um território tão vasto quanto estrategicamente localizado: encontrava-se

junto à cidade e às principais vias de comunicação, ao longo de um vale largo, fértil e com água em abundância, que garantia o abastecimento do mosteiro e da sua quinta agrícola, que integrava matas, pastagens, pomares, hortas... De facto, tal como afirma Cristina Castel-Branco, as cercas conventuais “ocupavam sempre os melhores troços de paisagem”⁸.

Entre 1723 e 1752, durante a reforma monástica implementada pelo Prior D. Gaspar da Encarnação, a quinta de Santa Cruz foi alvo de “grandes obras, construções magníficas e luxuosas, tão majestosas e impróprias da vida do claustro, que não foi sem a estranheza e murmuração do povo que elas se fizeram”⁹. Procedeu-se então ao arranjo da mata que se estendia pela encosta a nascente da actual Praça da República, dando origem ao Parque de Santa Cruz ou Jardim da Sereia.

O parque destinava-se ao recolhimento e meditação dos crúzios, tendo também funções recreativas. O triplo arco de entrada,

ladeado por torreões, conduz a um imenso jogo da péla, cenograficamente rematado por uma cascata de gosto naturalista, que se assemelha a um altar de igreja. Esta é ladeada por duas escadarias simétricas, que sobem a encosta envolvidas pela densidade do arvoredo. A da direita conduz à Fonte da Nogueira, desenvolvendo-se em degraus, rampas e patamares, decorados por taças de água e bancos revestidos a azulejo; a da esquerda desemboca numa alameda íngreme, coberta por loureiros. O monumental eixo de simetria, que se define ao longo do jogo da péla, culmina no grande lago circular onde os crúzios passeavam em pequenos barcos.

O Parque de Santa Cruz *“procurou a conciliação e a valorização de uma ideia de Natureza não dominada pela arte, de uma Natureza não racionalizada (...): todos os elementos ordenadores do espaço no jardim foram colocados ao serviço da própria Natureza, num jogo de subordinação e imitação”*¹⁰. De traçado e dimensões barrocas, o conjunto apresentava um forte

simbolismo, assumindo-se como um espaço de representação do poder da Ordem, de propaganda religiosa, de transmissão dos ensinamentos católicos.

Na segunda metade do séc. XVIII, a cidade vê surgir um novo tipo de jardim: o Jardim Botânico.

Neste período, o Marquês de Pombal (ministro do rei D. José I) iniciou um processo de reestruturação do país, culturalmente desfasado da Europa iluminista, que culminou com a modernização e secularização do ensino superior, até então dominado pelos jesuítas (expulsos do país em 1759).

As reformas introduzidas promoveram o desenvolvimento do espírito científico e racionalista, assim como uma progressiva adopção de padrões estéticos e hábitos sociais europeus. Este enquadramento

conduziu à introdução do jardim público e do jardim botânico em Portugal: em 1764, é mandado construir pelo Marquês de Pombal o Passeio Público de Lisboa, como lugar de encontro para as classes dominantes; em 1768, é criado o Real Jardim Botânico da Ajuda, por ordem de D. José I, com o objectivo de desenvolver o estudo científico e a exploração comercial de certas espécies.

Em 1772, entraram em vigor os novos *“Estatutos da Universidade de Coimbra”*, que alteraram profundamente o funcionamento da instituição, determinando o estudo das ciências matemáticas e da natureza e a adopção do método experimental como processo de aprendizagem.

Para responder aos objectivos propostos, foi criado um vasto conjunto de estabelecimentos, que desencadearam uma transformação da imagem da cidade Alta, marcada pela introdução da linguagem neoclássica.

Entre as obras efectuadas, sobressai a renovação do Colégio de Jesus,

nomeadamente pela conversão da igreja em Sé Nova de Coimbra e pela construção do Museu de História Natural, na ala Este do edifício, assim como o surgimento de três novas estruturas de ensino, projectadas de raiz devido à sua especificidade: o Observatório Astronómico, implantado no sítio do Castelo, obrigando à sua destruição; o Laboratório Químico, erguido em frente ao Museu, conformando a actual Praça Marquês de Pombal; e o Jardim Botânico, criado como complemento do Gabinete de História Natural, que integrava a nova Faculdade de Filosofia.

O jardim foi implantado no vale a Sul da Alta, numa área pertencente à cerca do Colégio de S. Bento. A sua construção, iniciada em 1774, prolongou-se pelo século seguinte, assimilando a linguagem barroca e transportando os valores racionalistas do Iluminismo.

O Jardim Botânico foi estruturado em terraços, avenidas e escadarias, procurando disciplinar o relevo acidentado do terreno.

Na composição, sobressai o “quadrado central”, o tabuleiro inferior de planta quadripartida, com um fontanário ao centro, ao qual se acedia através de três pórticos.



Jardim Botânico, quadrado central

Ao “jardim da ciência” foi associado um espaço de convívio social, um “*passeio público para recriação dos Estudantes*”¹¹ – a Alameda Dr. Júlio Henriques. Tratava-se de uma monumental avenida, profusamente arborizada, separada do jardim por uma gradaria de ferro e pilastras de pedra. O

abandono dos tradicionais altos muros de fechamento, ainda presentes no Passeio Público de Lisboa, conferiu ao Botânico um inovador carácter público e urbano. O acesso ao jardim era feito através de três portais de entrada: os portais laterais rematavam o eixo longitudinal que atravessava todo o jardim; o portal principal, voltado para a Alameda Dr. Júlio Henriques, encontrava-se no enfiamento do eixo Este-Oeste do “quadrado central”.

Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, foi incorporada no jardim a área da cerca de S. Bento que se estendia pela encosta até ao rio, ficando assim definidas duas zonas distintas: o jardim formal e o *arboretum* – a chamada Mata do Botânico.

É também na época pombalina “*que os problemas de Coimbra e do Baixo Mondego começam a ser encarados globalmente – e do ponto de vista da hidráulica, à luz dos*

*mais modernos conhecimentos científicos desse tempo*¹².

No final do séc. XVIII, foi aberto um novo percurso fluvial, de traçado rectilíneo, paralelo ao Mondego. Com o objectivo de fixar as terras e criar defesas naturais contra a erosão, foi então iniciada uma campanha de plantação de árvores nas margens. Assim, em 1791, no espaço situado entre o Rio Velho e o novo leito, foram introduzidas várias espécies de rápido crescimento, particularmente choupos. É deste modo que surge a Mata do Choupal, que se estendia por dois quilómetros, ocupando uma área de cerca de cem hectares.

¹ Rossa, Walter, "Coimbra como território", in ecdj 6.7, 2007

² Lobo, Rui, "Coimbra: evolução do espaço urbano", in ecdg 3, Novembro 2000

³ Rosmaninho, Nuno, *O Princípio de uma "Revolução Urbanística" no Estado Novo*, Coimbra, Minerva Editora, 1996, p.16

⁴ Leite, Ana Cristina, "Alegorias do Mundo: a Arte dos Jardins", in Pereira, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 7º volume, Círculo de Leitores, 207, p.208

⁵ Telles, "Paisagem Global", in *Paisagem*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1997

⁶ Araújo, Ilídio, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, Lisboa, 1962, p.115

⁷ Lobo, Rui, *Santa Cruz e a Rua da Sofia – Arquitectura e urbanismo no século XVI*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2006, p. 53

⁸ Castel-Branco, Cristina, "Os jardins de Coimbra – um colar verde dentro da cidade", in *Monumentos*, nº 25, Setembro de 2006

⁹ Araújo, Ilídio, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, Lisboa, 1962, p.164

¹⁰ Leite, Ana Cristina, "Alegorias do Mundo: a Arte dos Jardins", in Pereira, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 7º volume, Círculo de Leitores, 207, p. 219

¹¹ Carta enviada por Francisco Lemos ao Marquês de Pombal a 22/2/1773 – Sousa, Luís, *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: Introdução ao Estudo da sua Evolução*, Coimbra, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001, p. 147 a 149

¹² Almeida, Elisa, "Coimbra e o Rio Mondego", in Rebelo, João, *Evolução do espaço físico de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2006, p. 97 e 98



Coimbra no final do séc. XVIII

1. Jardim da Manga 2. Parque de Santa Cruz 3. Jardim Botânico 4. Mata do Choupal

Da segunda metade do séc. XIX às primeiras décadas do séc. XX

Na segunda metade do séc. XIX, a cidade consegue finalmente romper o perímetro quinhentista e formar novos bairros em torno do núcleo, favorecida pela alteração do enquadramento político, social e estrutural do país. É de destacar que, em 1834, foram extintas as ordens religiosas em Portugal e nacionalizado o seu património, ficando disponíveis grandes extensões de terreno para serem urbanizadas.

Em 1864, o caminho-de-ferro chega à Estação Velha (Coimbra B) e, em 1885, é estabelecida a ligação ao centro da cidade (Coimbra A), impondo até hoje uma rígida separação entre o espaço urbano e o rio. Ainda que a industrialização em Coimbra tenha sido fraca e tardia, construíram-se



Planta topográfica da cidade de Coimbra, irmãos Goullard , 1973-74

fábricas nos terrenos desocupados da margem direita do rio, ao longo da via-férrea.

As acessibilidades e os atravessamentos da cidade foram melhorados, nomeadamente pelo alargamento da Rua Visconde da Luz, pela construção das novas pontes metálicas da Portela e de Santa Clara e pela abertura da Estrada da Beira, ao longo do ramal ferroviário da Lousã, ligando o Largo da Portagem à entrada Sul da cidade – a Portela do Mondego.

Ergueram-se diversos equipamentos: o cemitério municipal, isolado no cume da Conchada; o mercado D. Pedro V, no lugar da antiga horta dos crúzios, a Norte do convento; a Câmara Municipal, que implicou a demolição de grande parte do conjunto de Santa Cruz; a Penitenciária, no espaço anteriormente ocupado pelo Convento de Tomar, junto aos do Arcos do Jardim.

Surge também uma nova burguesia que, tal como o novo regime liberal e capitalista, reclamava uma cidade oposta à de então, onde imperava a escassez de solo, a

degradação e insalubridade das ruas quase labirínticas, sujas e pouco arejadas; uma cidade de traçados amplos e regulares, capaz de suprir as necessidades de uma população em crescimento, de assimilar os novos valores higienistas e morais, de acomodar as inovações técnicas da época, favorecendo a implementação de redes de abastecimento de água, de saneamento básico, de novos transportes públicos; uma cidade moderna que ganhou forma através da construção do Bairro de Santa Cruz, nos terrenos da antiga quinta dos crúzios, acabando por ocupar uma área extremamente vasta, maior do que a própria Alta.

A quinta do Convento de Santa Cruz foi adquirida pela Câmara Municipal de Coimbra em 1885, tendo como principais objectivos a ampliação do espaço urbanizável e o estabelecimento de *“uma comunicação fácil para o trânsito de carruagens para os bairros da cidade”*, assim como o aproveitamento de parte dos

terrenos para construir um passeio público¹ para recreio da população.

O engenheiro Adolfo Loureiro foi de imediato convidado a elaborar o *“Plano de Urbanização da Quinta de Santa Cruz”*, tendo a arborização dos jardins ficado a cargo do Dr. Júlio Henriques, director do Jardim Botânico². O projecto consistiu na abertura da Avenida Sá da Bandeira, de 50 metros de largo, que partia do mercado e desembocava na Praça D. Luíz (actual Praça da República), junto à entrada do Parque de Santa Cruz. Da nova praça, partiam vias em direcção a Celas e aos Olivais, a Sant’Ana e ao aqueduto de S. Sebastião.

As primeiras vias foram inauguradas em 1889 e, no ano seguinte, foram elaborados estudos de arborização do novo traçado. A abertura da Sá da Bandeira, ao longo do antigo leito da Ribela, enfrentou, no entanto, dificuldades técnicas, tendo sido concluída apenas em 1906, segundo projecto de António Heitor.



A avenida é composta por duas largas vias paralelas, separadas por uma extensa faixa ajardinada (de 32m de largura e 378m de comprimento), cortada por ruas transversais. O espaço central – o passeio público – foi definitivamente conformado em 1928, pelo horticultor português Jacinto de Matos. O espaço, delimitado por plátanos, apresenta um desenho simétrico, marcado por percursos em calçada portuguesa, canteiros de relva pontuados com flores e árvores exóticas e por pequenos lagos rodeados por bancos, incitando ao repouso. Constituindo-se como um espaço privilegiado de passeio e de convívio

civilizado, o jardim da Avenida Sá da Bandeira assimilou os padrões modernos de sociabilidade e representação.

Pode assim constatar-se que a integração dos espaços verdes na malha urbana, considerada, segundo os ideais higienistas da época, como uma das formas de tornar o ambiente da cidade mais saudável, foi uma preocupação constante no processo de planeamento e construção do Bairro de Santa Cruz.

A arborização, além de permitir arejamento e oxigenação, assumiu-se como *“um elemento fundamental para construir uma imagem mais uniforme, reconhecível e diferenciada para a nova cidade burguesa. Isso porque, tal como em muitas cidades dessa época, a expansão oitocentista de Coimbra projecta-se sobre um terreno vazio de referências urbanas e deixa de poder contar com a arquitectura – que surge em tempo longo (...) – como guia formal para a sua contextualização”*³.

O Parque de Santa Cruz, o grande “monumento”, ou referência, da antiga quinta, foi usado para rematar a Sá da Bandeira, embora o efeito perspéctico se tenha perdido pelo encurvamento do vale e, conseqüentemente, do eixo da avenida. Apesar de incorporado no planeamento, que lhe impôs limites precisos (com a abertura das ruas Lourenço de Almeida Azevedo e Almeida Garrett), o jardim foi entendido como um património a preservar, como um reduto natural da expansão oitocentista, tendo permanecido isolado na malha urbana que o foi progressivamente envolvendo. Ainda assim, parte dos seus terrenos foi cedida pela Câmara à Associação Académica de Coimbra (em 1917), para a construção do seu campo desportivo, encerrado por muros altos.

Também o Jardim da Manga foi exposto à cidade, com a demolição da ala Norte do seu claustro, provocada pelo alargamento da Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes (1888), no prolongamento da Sá da Bandeira até à Baixa.

Os antigos jardins de Santa Cruz foram assim transportados do ambiente agrícola e privado da cerca conventual para a envolvente urbana e pública da cidade moderna; mas a sua aura de serenidade e recolhimento continuou presente, agora ao serviço de todos os cidadãos.

Deste modo, o plano de urbanização da Quinta de Santa Cruz introduziu na cidade o modelo do *boulevard*, referenciado ao barão Georges Haussmann e ao plano de renovação de Paris (1853-1869). Esta concepção, que teve repercussões em diversas cidades europeias, expressou-se também em Lisboa, com a abertura da Avenida da Liberdade (1879) e com o projecto das Avenidas Novas de Frederico Rassano Garcia (1888). Em Coimbra, tal como na capital, o *boulevard* constituiu-se como uma ferramenta de extensão urbana e de ordenamento de novos territórios. A malha criada, respondendo pragmaticamente às necessidades de circulação, aproveitou a topografia plana do Vale da Ribela para interligar os bairros da

cidade, potenciando o desenvolvimento dos núcleos periféricos e abrindo caminho a futuras expansões.

As tendências urbanísticas europeias reflectiram-se também na conformação da frente ribeirinha da Baixa, na sequência das obras de regularização e subida da cota das margens e dos cais do rio, que se prolongaram desde 1837 aos anos setenta.

No final do séc. XIX, foi aberta a Avenida Emídio Navarro, uma longa via marginal que prolongou a Estrada da Beira até à nova estação, que lhe serve de remate, sendo acompanhada pela linha férrea, num convívio algo irresoluto.

O Largo da Portagem foi redesenhado e *“ganhou uma dimensão moderna como entrada urbana e como rótula de distribuição viária, depois de vagas de demolições e*

*obras de regularização”*⁴. No início do séc. XX, foi também elaborado um projecto de ajardinamento do largo – hoje caracterizado por canteiros geométricos conformados à sua estrutura triangular e à sua estátua central.

A jusante da ponte de Santa Clara, existia o passeio do Cais das Ameias – já assinalado numa planta de 1845 – que se foi transformando continuamente até se tornar, no final do séc. XIX, num verdadeiro espaço verde público, arborizado, com canteiros ajardinados, passeios empedrados, um coreto e gradeamento do lado do rio. O lugar foi depois substituído por parques de estacionamento, restando apenas algumas árvores.

Em 1888, a Câmara Municipal de Coimbra adquiriu a Ínsua dos Bentos, localizada a montante da ponte, entre a Avenida Navarro, o rio e o porto dos Bentos.

Neste espaço, utilizado pelos habitantes para passeio e prática desportiva, implantou-se, na década de 20, um parque urbano – o Parque da Cidade ou Dr. Manuel de Braga.

O jardim, desenhado por Jacinto de Matos, apresenta canteiros geométricos e alamedas rectilíneas ladeadas por árvores bem copadas (espécies caducifólias, que marcam o ritmo das estações, tal como na Avenida Sá da Bandeira e na Praça da República), elevando-se a cerca de 4 metros do nível das águas, protegendo-se da impetuosidade do Mondego.

No início do séc. XX, o parque era um habitual local de lazer, onde a população podia ouvir as bandas filarmónicas e grupos populares que actuavam no coreto (transferido do passeio do Cais das Ameias nos anos 30) ou passear em bicicletas de aluguer⁵.

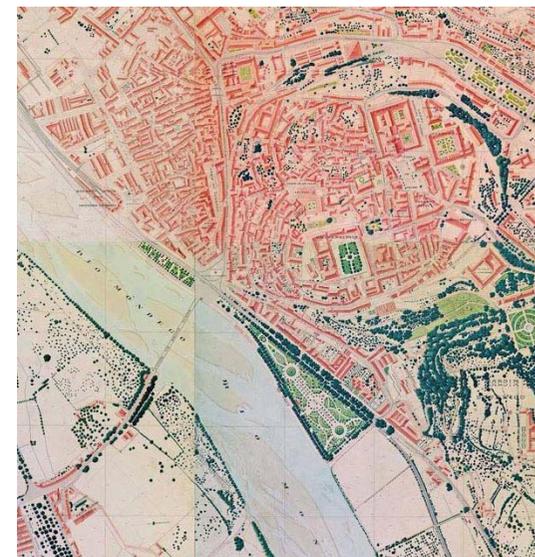
Entre 1935 e 1942, durante o Verão, erguia-se uma praia fluvial junto ao jardim, apoiada por estruturas temporárias, como o passadiço de madeira que ligava as duas

margens, permitindo o acesso aos bancos de areia formados pelo rio; possuía também bares, restaurantes e esplanadas; era ainda possível alugar barracas, chapéus-de-sol e barcos.

Desde a década de 60 até finais do séc. XX o jardim foi utilizado (pressionado e desgastado) para a realização das “Noites do Parque”, festividades anuais integradas na Queima das Fitas.

O Parque da Cidade e a Avenida Emídio Navarro são, ainda hoje, elementos urbanos visivelmente ligados, sobretudo pela sua abundante arborização (“imagem de marca” de Coimbra), mas também pelos conceitos “datados” que lhes estão subjacentes – ao longo do novo parque urbano, a Emídio Navarro procurou tomar um verdadeiro perfil de avenida, desdobrando-se em duas faixas, articuladas por uma estreita placa central, com árvores ritmadas.

Esta relação, porém, tem sido comprometida pelo caminho-de-ferro, por faixas de estacionamento e sebes de delimitação (componentes que acabaram por ser desactivados ou eliminados).



Planta topográfica da cidade de Coimbra, José Baptista Lopes, 1932

A abertura a novas concepções de espaço urbano desencadeou, então, o aparecimento dos primeiros espaços verdes públicos, criados e financiados pelo município para usufruto dos cidadãos; equipamentos urbanos, de passeio e lazer, cujo objectivo original foi de natureza higiénica e moral.

Mas, no séc. XIX, criaram-se também refúgios intimistas, de natureza rural, que reflectiam a procura de evasão, o culto da natureza, o sentimento de liberdade que caracterizava os ideais românticos da época.

Em 1849, foi construído o jardim-miradouro do Penedo da Saudade, no topo da encosta rochosa, densamente arborizada, que se ergue sobre o Vale do Calhabé.

A plataforma superior do penedo apresenta um carácter urbano; ao longo do passeio, desenvolvem-se pequenos largos com bancos, fileiras de árvores e canteiros

relvados, pontuados por arbustos e por flores coloridas. O jardim estende-se pela encosta, estruturando-se arquitectónicamente em pequenos recantos e patamares de terra batida, articulados por escadarias e rampas. Constituindo-se como um lugar de estar, é marcado por bancos cavados na irregularidade da rocha, por mesas de pedra rendilhada, por vegetação diversificada e abundante, por laguinhos de contornos naturalistas, onde cai a água que escorre pela encosta. A ligação do jardim à academia e à cultura coimbrã é testemunhada pelas inúmeras lápides que povoam o espaço, contendo poemas de personalidades da literatura portuguesa do séc. XIX e inscrições que celebram as reuniões estudantis que aí se realizaram.

Em 1866, a cidade vê surgir outro miradouro, o Penedo da Meditação, localizado a Norte de Santo António dos Olivais, no final da actual Avenida Bissaya Barreto.

O penedo debruça-se sobre a paisagem, *“formada pelo valle de Coselhas com a sua ribeira, por viridentes prados, por collinas e montanhas, cobertas de bosques de oliveiras, de florestas de pinheiros, destacando-se do tapete de verdura algumas pequenas habitações”*⁶. O espaço, pontuado por bancos, é definido por um murete com pequenas floreiras. Sobre a terra batida, surge uma plataforma circular de pedra, ladeada por árvores, com pequenos bancos quadrangulares encostados ao muro que separa o miradouro da estrada. Este sítio ermo, na sua simplicidade, melancolia e silêncio, convidava realmente à meditação, tendo inspirando poetas como José Régio e António Nobre, cujos versos hoje aí se podem ler em lápides.

Na margem esquerda, existiam duas quintas privadas, mas abertas à população, que, pela sua atmosfera particular, acabaram por se tornar indissociáveis do

romantismo literário e dos intelectuais do séc. XIX – a Quinta das Lágrimas e a Quinta das Canas.

A Quinta das Lágrimas estende-se por terrenos planos, abrigados e férteis, dominados por uma encosta revestida por mata, onde brotam as nascentes que alimentam as Fontes dos Amores e das Lágrimas – lugares intimamente ligados à trágica lenda de D. Pedro I e D. Inês de Castro.

A propriedade, cuja referência mais antiga remonta a 1326 (ano em que a Rainha Santa Isabel comprou as nascentes da Fonte dos Amores e canalizou as suas águas para o Convento de Santa Clara), foi sofrendo diversas alterações ao longo do tempo. No período oitocentista, foi criado um novo jardim, formado por pequenos canteiros e lagos de contornos irregulares, por árvores exóticas e fontes naturalistas. Junto à Fonte dos Amores, ergueram-se elementos arquitectónicos neogóticos,

retomando o período medieval para celebrar o amor de Pedro e Inês. O lugar adquiriu, assim, o ambiente próprio de uma natureza misteriosa, melancólica, e até em ruína, tão cara ao Romantismo.

A Quinta das Canas (datada do séc. XVII) culmina na Lapa dos Esteios, construída sobre uma escarpa que cai sobre o Mondego, delimitada por um muro onde alternam bancos revestidos de azulejos e alegretes. Envolvida pela densa vegetação ribeirinha, é protegida por uma rocha saliente, que abriga bancos talhados na parede natural (agora também demarcados por azulejos). Neste recanto, estudantes e escritores encontraram a atmosfera propícia à realização de reuniões literárias, como as “festas da Primavera e Maio”, promovidas por Feliciano de Castilho e pelo grupo “Trovador”.

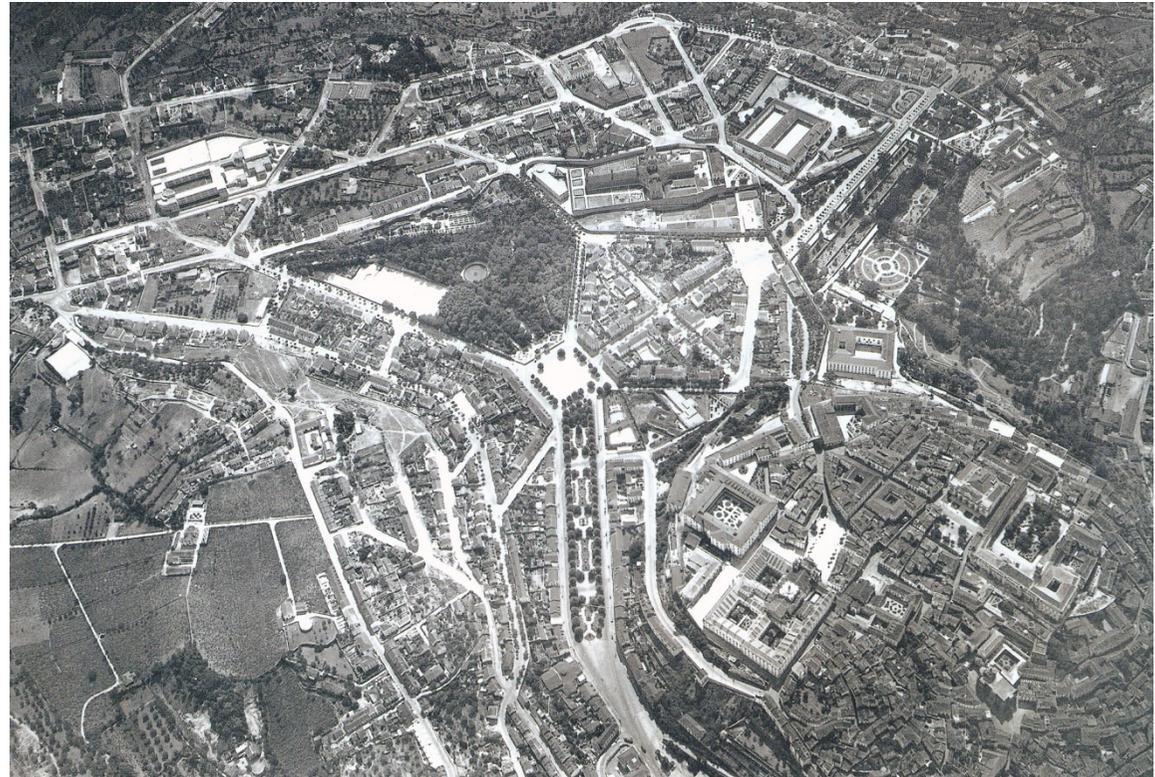
Coimbra, liberta pelo traçado oitocentista, continuou a erguer-se, a expandir-se, a unificar-se, impulsionada pelo aumento demográfico, pelo progresso sócio-económico, pelo desenvolvimento da construção civil.

Na primeira metade do séc. XX, a ocupação das colinas e vales que circundam a Alta estava definitivamente consolidada. A cidade, adaptando-se ao relevo acidentado, estendeu-se pelas encostas de Montarroio e Montes Claros e caminhou pela linha de fecho da Conchada em direcção ao cemitério municipal; colonizou toda a elevação da Cumeada, estruturada pela abertura da Avenida Dias da Silva (1920), e envolveu o Penedo da Saudade com vivendas de cunho revivalista; absorvendo progressivamente na malha urbana os burgos periféricos de Celas e Santo António dos Olivais.

A conformação da Alameda Dr. Júlio Henriques (1918) favoreceu o crescimento dos bairros de Sant’ana, de S. José e também da Arregaça. A larga avenida

permaneceu marcada pelo verde, pelas fileiras de árvores que a percorrem, pelos jardins dos edifícios nobres que a ladeiam e pelo chamado Jardim dos Patos, que se ergue em frente ao portal principal do Botânico. Este pequeno jardim triangular articula a avenida e a Rua Infantaria 23, vencendo o desnível através de escadas. Aqui, encontrava-se a Fonte de Sant'ana, demolida no princípio do séc. XX. A nascente de água alimenta agora pequenos lagos de contornos naturalistas.

A construção da Avenida Fernão de Magalhães (1927-1954) permitiu a ligação entre o Largo da Portagem e a Estação Velha, tornando-se numa das principais artérias de atravessamento da cidade. O eixo industrial, formado ao longo do caminho-de-ferro, foi-se estendendo para a nova avenida, assim como para a área do Loreto e da Pedrulha. São também instaladas pequenas fábricas nos bairros da Arregaça e do Calhabé (fundado em 1945), apoiadas pela Estrada da Beira e pela linha da Lousã.



Fotografia aérea, década de 1930

¹ Magalhães, Raquel F. Romero, “A Urbanização da Quinta de Santa Cruz: Uma Nova Cidade no Flanco de uma Velha Cidade”, in *Arquivo Coimbrão*, vol. 35, Coimbra, 2002, p. 432

² Magalhães, Raquel F. Romero, “A Urbanização da Quinta de Santa Cruz: Uma Nova Cidade no Flanco de uma Velha Cidade”, in *Arquivo Coimbrão*, vol. 35, Coimbra, 2002, p. 405

³ Marta Macedo, “A Conquista do Terceiro Espaço”, in *Monumentos*, nº 25, p. 126 e 127

⁴ Marta Coelho de Macedo, *A evolução do espaço físico de Coimbra*, p. 49

⁵ Correia, Fernando, Farinha, Nuno, *Coimbra - Parques e Jardins*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 2001, p. 94

⁶ Figueiredo, António Cardoso Borges, *Coimbra Antiga e Moderna*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1886, p. 333



Coimbra no final do séc. XIX

1. Jardim da Avenida Sá da Bandeira 2. Parque da Cidade 3. Passeio do Cais 4. Penedo da Saudade 5. Penedo da Meditação

Da década de 40 à década de 70 do séc. XX

Em meados do séc. XX, numa radical afirmação de poder, o Estado Novo promoveu a reconstrução das instalações universitárias¹, transformando profundamente a imagem da Alta de Coimbra.

O plano (realizado por Cottinelli Telmo e executado entre 1943 e 1975) implicou a demolição de parte significativa do planalto, destruindo também os poucos espaços ajardinados existentes: a Praça da Porta Férrea e a Alameda de Camões, desaparecendo ainda os canteiros regulares do Pátio da Universidade, delineados por sebes e pontuados por árvores.

Ao povoamento espontâneo e funcionalmente diversificado da Alta foi imposta uma uniformidade monumental e classicista, um traçado ortogonal e simétrico,

estruturado a partir do eixo da Rua Larga, que ligava o Paço das Escolas às novas (e agressivas) Escadas Monumentais, que substituíram as do Liceu

A Cidade Universitária possuía uma significativa área livre, definida pelas amplas ruas e praças e pelos pátios interiores das grandes massas construídas, que tomaram como referência os colégios jesuítas. Os espaços verdes, contudo, permaneceram quase inexistentes: pouco há a assinalar além de tímidos canteiros e sebes, associados aos edifícios ou ocupando espaços residuais, e das árvores que, a seu tempo, foram surgindo ao longo de algumas vias.



Alta de Coimbra, 1945



Praça da Porta Férrea e Alameda Camões



Ladeira do Castelo

A Ladeira do Castelo (actual Calçada Martim de Freitas) foi alargada e as construções adossadas aos Arcos do Jardim foram demolidas – o espaço é hoje ocupado por canteiros relvados. Deste modo, pretendeu-se facilitar e, sobretudo, monumentalizar o acesso à Alta, desafogando o antigo Colégio de S. Bento (Instituto Botânico) e expondo o aqueduto romano. Estas obras, porém, implicaram o desaparecimento da profusa arborização da

ladeira, aliada ao Jardim Botânico, assim como o “estrangulamento” do pequeno Bairro Sousa Pinto.

Apesar de não estar inicialmente previsto, a intervenção do Estado Novo estendeu-se às grandes áreas verdes que circundam a Alta universitária – o Jardim Botânico e o Parque de Santa Cruz.

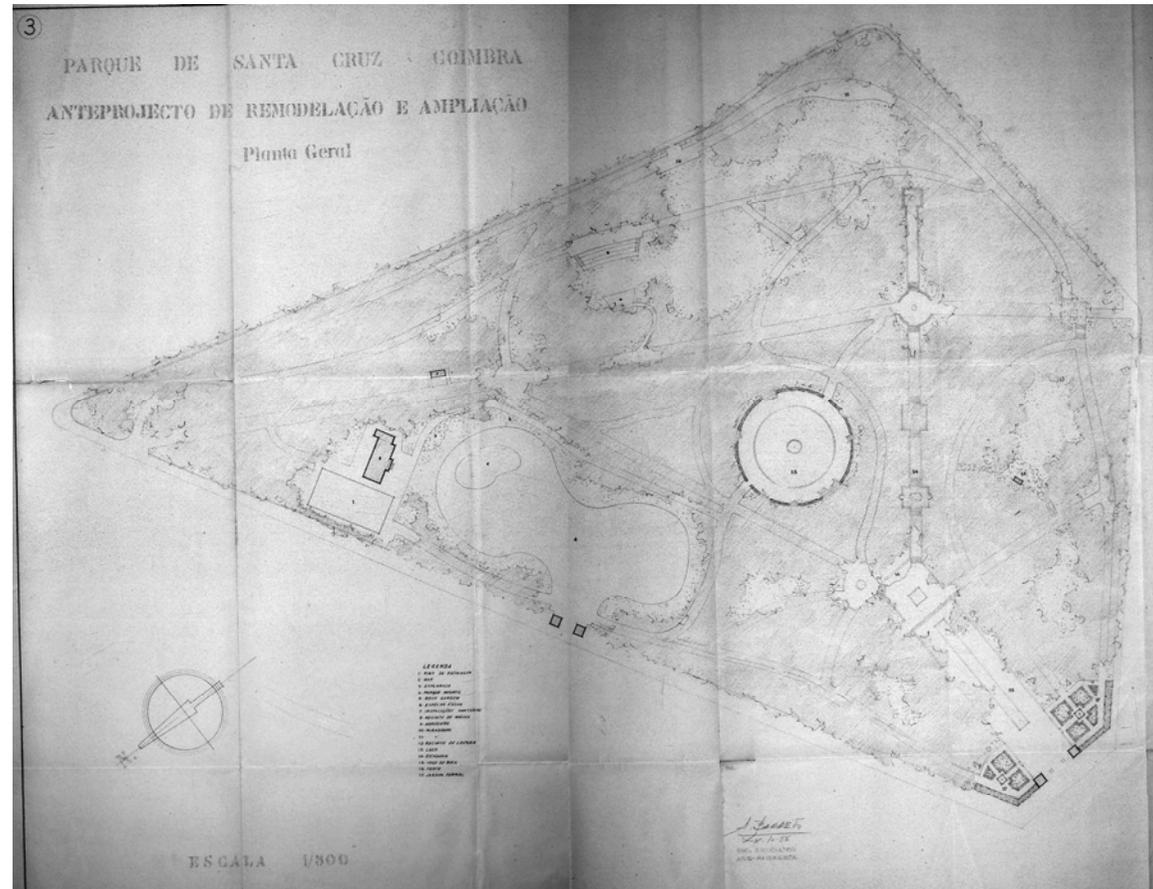
Entre 1944 e 1950, foram executados diversos trabalhos de “arranjo e aformoseamento” no Jardim Botânico, destacando-se, além da remodelação do “quadrado central”, a construção da estufa-fria e da ponte de ligação à Mata – equipamentos funcionais que, apesar de assentes em concepções e materiais modernos, procuraram estabelecer um vínculo com o lugar. Terminou, assim, a longa história de construção do Botânico, que se mantém até hoje inalterado.

O Parque de Santa Cruz foi alvo de dois projectos que, embora não concretizados, merecem ser referidos, pelo modo distinto como encararam o património histórico, simbólico e natural do jardim.

Nos anos 40, elaboraram-se estudos relativos à implantação de um complexo desportivo universitário no intuito de reunir o programa universitário junto da Alta, cuja exiguidade de espaço disponível era evidente. Tratava-se de um programa extremamente denso, que se apropriava de toda a zona Norte (ocupada pelo Campo de Santa Cruz) e Este (onde estava instalado o Horto Municipal) do parque. O complexo opôs-se claramente à área restante, não só a nível espacial, mas também funcional, entrando em evidente conflito com o ambiente de intimismo e tranquilidade do jardim.

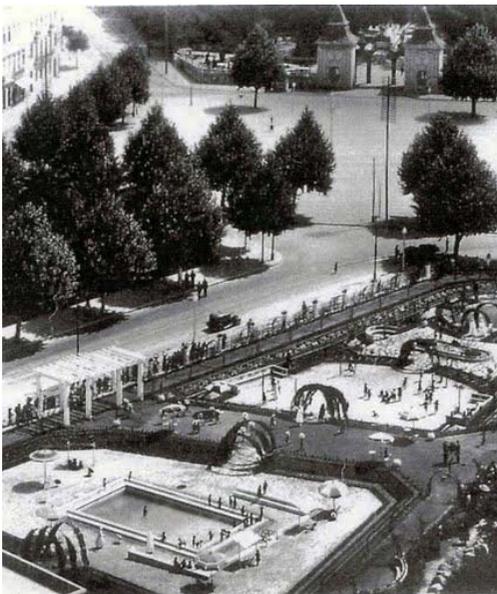
Em 1956, o Engenheiro Silvicultor e Arquitecto Paisagista António Viana Barreto foi encarregado de elaborar o Anteprojecto

de Remodelação e Ampliação do Parque de Santa Cruz. Viana Barreto considerou *"que o critério mais racional para a remodelação do parque será restaurar as zonas que o possam ser, por forma a conservar quanto possível íntegro, tudo quanto possa representar o testemunho artístico de uma época passada, e adaptar às necessidades e concepções actuais aquelas zonas do parque mais profundamente mutiladas, incaracterísticas e sem interesse artístico ou histórico"*². Assim, além do arranjo das estruturas existentes, o projecto propôs a integração de *"elementos modernos de valorização"*³, como um bar, um parque infantil, um anfiteatro para concertos e um espaço de leitura, distribuídos por duas áreas de utilização de ambientes distintos. Na verdade, o projecto de Viana Barreto constitui um exemplo de aproveitamento das potencialidades deste parque urbano central valorizando o património.



Plano de Remodelação e Ampliação do Parque de Santa Cruz, planta geral

As novas instalações da Associação Académica de Coimbra foram erguidas entre a encosta Este da Alta e a Praça da República, um espaço então ocupado pelo Ninho dos Pequenitos. Tratava-se de um centro de acolhimento para crianças, criado pelo Professor Bissaya Barreto, que incluía um jardim infantil, aberto para a Avenida Sá da Bandeira.



Ninho dos Pequenitos

O projecto, desenvolvido por Alberto Pessoa e Abel Manta entre 1957 e 1959, apresenta uma concepção arquitectónica moderna, liberta das imposições centralizadoras do regime.

As construções – três corpos com diferentes programas, volumetrias e linguagens – delimitaram o perímetro do quarteirão e definiram um amplo pátio interior, aliando urbanidade e intimismo.

O plano de ajardinamento foi desenvolvido posteriormente, em 1959, pelo Engenheiro Agrónomo e Arquitecto Paisagista Manuel Cerveira. Tal como é referido na memória descritiva, procurou atender-se *“à natureza da população que o vai utilizar, sem olvidar que constitui o complemento lógico dos edifícios que o circundam. Com efeito, a um conjunto de edifícios com linhas modernas correspondeu um ajardinamento de composição moderna, simples e simultaneamente funcional”*^A.



Associação Académica de Coimbra

O jardim é marcado por duas zonas de estar: o “Canto do Tanque”, no topo Este, e o “Canto do Lago”, implantado junto à base da colina. Estes espaços, que têm a água como principal motivo, são pavimentados

com lajedo irregular, protegidos por vegetação densa e pontuados por bancos.

Surge também uma área de entrada, com ligação directa à Rua Dr. Oliveira de Matos, e um terraço *“com amplas vistas sobre o conjunto do jardim”*, que aproveita o desnível do terreno. Os espaços são unificados por um relvado, percorrido por caminhos de acesso aos edifícios, *“transmitindo a sensação de calma e quietude próprias dum jardim”*⁵. A encosta arborizada, não construída, serve-lhe de cenário, assumindo-se como um remate do próprio quarteirão.

O jardim constitui um elemento essencial da Associação Académica de Coimbra, unificando a diversidade dos edifícios fragmentados. Para além de ser um importante espaço de circulação (uma vez que não existe comunicação interna entre esses edifícios), oferece ambientes variados, sendo ainda propício à sociabilização e ao lazer.

Paralelamente, Alberto Pessoa e João Abel Manta elaboraram o projecto do complexo desportivo do Estádio Universitário, inaugurado em 1963, que acabou por ser implantado na margem esquerda do Mondego, a jusante da Ponte de Santa Clara.

No Rossio de Santa Clara, foi criado o Portugal dos Pequenitos (iniciado em 1938 e concluído no final dos anos 50), no espaço da antiga Praça de Touros e da Feira de S. Bartolomeu. Idealizado pelo Professor Dr. Bissaya Barreto e concretizado pelo Arquitecto Cassiano Branco, este parque temático da “Arquitectura Nacional”, o primeiro pensado para crianças, reproduz em escala reduzida a arquitectura tradicional e os monumentos mais emblemáticos do país. Integra ainda uma casa da infância.

Apesar de não ter estado enquadrado no plano da Cidade Universitária o parque é também ele revelador de *“uma vontade*

*política de afirmação e propaganda dos valores nacionais defendidos pelo Estado Novo”*⁶.



Portugal dos Pequenitos

Para resolver o problema de realojamentos, provocado pelo processo de demolições sistemáticas, foram criados vários bairros sociais periféricos, (integrados no Programa de Casas de Renda Económica), que *“aceleraram o crescimento da cidade e pontuaram o seu*

*desenvolvimento.*⁷ É de destacar o Bairro Marechal Carmona (actual Bairro Norton de Matos), implantado na periferia Sudeste, onde o espaço verde foi integrado de raiz no planeamento. A malha ortogonal do bairro é pontuada por três praças ajardinadas, espaços de convívio desenhados como prolongamento dos jardins das moradias unifamiliares que a definem.

Nos anos 40, foram também erguidos no Vale do Calhabé diversos equipamentos públicos, marcados pela axialidade monumental veiculada pelo Estado Novo: o Estádio Municipal, o Liceu D. Maria, a Escola do Magistério, a Escola Industrial Brotero e a Igreja de S. José.

A área foi-se unindo progressivamente à cidade através da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, traçada nos anos 30, e da Rua do Brasil (troço da Estrada da Beira).

As estruturas públicas criadas vieram a integrar o Bairro da Solum, construído durante as décadas de 60 e 70.

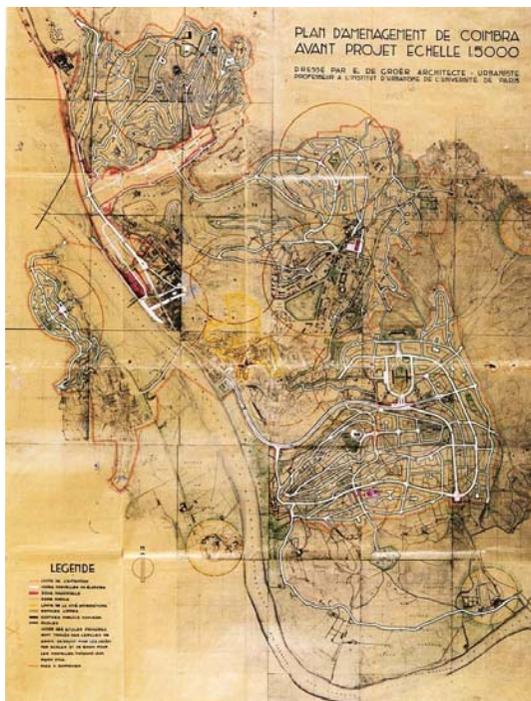
O novo bairro residencial introduziu na morfologia da cidade os princípios do urbanismo moderno, já experimentados em algumas áreas de expansão de Lisboa. O amplo traçado ortogonal da Solum, rompendo com os modelos tradicionais, é constituído por blocos isolados de habitação colectiva perpendiculares às vias, articulados por zonas de jardim. Deste modo, é proposta uma nova tipologia de espaços verdes: *“não eram mais espaços ajardinados entre as fachadas principais dos edifícios e a rua, nem espaços de logradouro nas traseiras para uso privado, mas jardins que simultaneamente passavam a ser espaços principais de estadia de uso misto, público e quase privado, relacionados com os eixos de circulação rodoviária mas protegidos no seu recuo em relação a estes”*⁸.

Tratou-se, porém, de *“tímidas emulações da Carta de Atenas”*⁹: os jardins permanecem contidos, separados entre si, ainda distantes das propostas de Le Corbusier e de projectos como, por exemplo, o Bairro das Estacas, em Lisboa, onde as construções se elevam sobre pilotis, criando uma superfície verde contínua, onde o peão circula livremente.



Bairro Norton de Matos e Solum

Paralelamente à implementação da Cidade Universitária, foram elaborados três planos de urbanização para a cidade de Coimbra, que tiveram uma importância decisiva na consolidação e desenvolvimento da sua morfologia urbana.



Plano De Gröer

Empenhado no “engrandecimento” de Coimbra, o Estado Novo promove o primeiro planeamento global do território da cidade – o “Anteprojecto de Urbanização e Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra”, apresentado por Étienne de Gröer em 1940.

Concebido com base na teoria das cidades-jardim de Ebenezer Howard, o plano limitou a dimensão da cidade a um determinado quantitativo populacional, envolvendo-a por uma cintura verde agrícola, que servia também de reservatório de ar puro, e por cinco aldeias-satélite (Coselhas, Tovim, Chão do Bispo, Carvalhosa e Várzea) igualmente protegidas por cinturas verdes. De Gröer criou um tecido urbano de baixa densidade, essencialmente constituído por moradias unifamiliares isoladas, organizado segundo uma estrutura viária hierarquizada.

Foi estabelecida uma lógica de zonamento na área urbana (composta por

zona residencial, zona comercial, zona industrial, zona arqueológica e turística, zona rural e zona de espaços livres públicos), assim como quatro zonas de expansão residencial (Noroeste, Nordeste, Santa Clara e Sudeste), ligadas à cidade consolidada por novas artérias.

O plano compreendia ainda o alargamento dos acessos à cidade, a reconstrução da ponte de Santa Clara – concretizada entre 1951 e 1954 – e a abertura das Avenidas da Lousã, acompanhando o ramal ferroviário, e de Santa Cruz, entre a Praça 8 de Maio e o Mondego, obrigando à demolição de quarteirões e largos medievais.

É de notar que De Gröer realça a presença de um conjunto de espaços verdes que, em seu entender, constituem uma importante mais-valia para o desenvolvimento urbano da cidade, pelo que deveriam ser valorizados e requalificados: Mata do Choupal, Jardim Botânico, Jardim

de Santa Cruz, Penedos da Saudade e da Meditação, Parque da Cidade, bem como os parques infantis existentes na Avenida Sá da Bandeira e em Santa Clara.

O plano De Gröer revelou-se, contudo, desajustado ao contexto físico, social e económico da cidade. *“Por um lado as características topográficas e climáticas de Coimbra não eram, nem são, de molde a permitir a construção duma cidade-jardim (território muito acidentado escasso de terrenos adequados a construção e clima de tipo mediterrânico seco); por outro lado as características socio-económicas da população não eram de molde a suportar como não suportaram, uma construção em lotes, necessariamente dispendiosa”*¹⁰.

O Plano Regulador de Antão de Almeida Garrett, de 1959, teve como principal objectivo a revisão do plano de Gröer.

Garrett abandonou o esquema da cidade-jardim, determinando um aumento das densidades de ocupação, com a diminuição da área dos lotes das habitações e a adopção de tipologias colectivas. As zonas residenciais foram organizadas em torno de unidades de vizinhança (da teoria urbanística das *“neighbourhood units”*), apoiadas por equipamentos e espaços verdes públicos (compensando a redução ou eliminação dos verdes privados), tendo sido considerados três escalões, de diferentes dimensões, a aplicar de acordo com o contexto urbano: vizinhança (restituindo a aldeia), bairro (vila) e unidade residencial (freguesia urbana), prevendo-se ainda a necessidade de estabelecer duas unidades urbanas (agrupamento de unidades residenciais) divididas pelo rio Mondego.

São, no entanto, mantidas orientações basilares lançadas por De Gröer, nomeadamente o zonamento (ainda que em moldes diferentes), as áreas de extensão da

cidade e a abertura das avenidas da Lousã e de Santa Cruz.

O “Plano Geral de Urbanização de Coimbra, Ordenamento de Coimbra 1974”¹¹, desenvolvido pelo Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal e pela equipa do urbanista consultor Manuel Costa Lobo, surge na sequência do Plano Regulador, que começava a mostrar-se desactualizado.

O plano foi considerado essencialmente como um instrumento de gestão do crescimento da cidade, tendo por base a promoção de modelos estratégicos integrados e a definição das aptidões do solo para os diferentes usos, assim como as principais condicionantes e salvaguardas a garantir.

A sua concepção assentou na estruturação da área urbana em malhas (unidades urbanas básicas, associadas a processos urbanísticos diferenciados),

subdivididas em sectores (unidades para estudos urbanísticos de pormenor). Em termos de acessibilidades, destaca-se a abertura de duas circulares (interna e externa) e, tal como nos planos anteriores, das avenidas da Lousã e de Santa Cruz. Previa-se ainda a instalação de um eléctrico rápido, a partir da transformação da linha da Lousã.

O zonamento introduzido integrava áreas habitacionais (residenciais integradas), industriais, de equipamento, verdes e mistas, assim como uma zona rural de protecção que, abrangendo todo o território concelhio, era composta por quatro sectores: áreas interiores ao perímetro urbano, de interesse agrícola, de mata a estabilizar e de protecção paisagística e reserva para futuras expansões.

Foi também proposta a implementação de um “Plano Verde”, tendo em vista o recreio da população, a protecção paisagística e do solo e a valorização

estética e cultural de Coimbra. Neste âmbito, foi proposto um sistema de interligação entre o Jardim Botânico, o Parque da Cidade e as margens do Mondego (o Anel Verde Central), promovendo a aproximação entre a cidade e o rio. As frentes fluviais seriam aproveitadas para a criar espaços de repouso e lazer, tendo sido também considerada a construção de uma ponte pedonal, unindo o centro urbano a Santa Clara.



Plano Costa Lobo

¹ Em 1941 é criada a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade de Coimbra (CAPOCUC), tendo como arquitecto-chefe Cottinelli Telmo e, a partir de 1948, por Cristino da Silva.

² Barreto, Viana, Anteprojecto de Remodelação e Ampliação do Parque de Santa Cruz de Coimbra, Memória descritiva e justificativa, 16-10-1956, Arquivo da Universidade de Coimbra, pasta 458 da CAPOCUC

³ Idem

⁴ Cerveira, Manuel, Memória descritiva e justificativa, 1959, Arquivo da Universidade de Coimbra, pasta 532 da CAPOCUC

⁵ Idem

⁶ Castel-Branco, Cristina, “Os Jardins de Coimbra, Monumentos 25, nº 25, p. 181

⁷ Rosmaninho, Nuno, “Coimbra no Estado Novo”, *Evolução do espaço físico de Coimbra*, p. 90

⁸ Aduão, J., “Vidas Modernas”, in Telles, Gonçalo Ribeiro, *A Utopia e os Pés na Terra*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2003

⁹ Bandeirinha, José António, “Novos Mapas para Velhas Cidades”, in ecdg 3, Novembro 2000

¹⁰ Santos, Lusitano dos, *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra*, Museu Nacional Machado de Castro, programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos”, Coimbra, 1983, p. 11

¹¹ É de notar que o projecto foi antecedido por um plano concelhio – o “Plano de Urbanização de Coimbra 1970, Ordenamento do Concelho” –, elaborado pela mesma equipa de trabalho (apesar de, à data, não existir ainda enquadramento legal para planos deste escalão)



Coimbra no séc. XX

1. Jardim dos Patos 2. Associação Académica de Coimbra 3. Portugal dos Pequenitos

As últimas décadas do séc. XX

Coimbra desenvolveu-se a partir da Alta, o lugar de fundação, o núcleo primitivo que impulsionou o crescimento urbano, numa dinâmica de proximidade e continuidade do tecido pré-existente, numa ordem estruturada pela cidade compacta, pela oposição entre centro e periferia e pela fronteira entre cidade e ruralidade – *“cada novo desenvolvimento emerge da especificidade da natureza estrutural do seu passado”*¹. No entanto, nas últimas décadas do séc. XX, Coimbra viu-se confrontada com uma súbita alteração dos seus paradigmas de desenvolvimento.

A cidade começou a crescer descontroladamente, regida por uma intensa especulação imobiliária, desenvolvendo-se ao longo de novos eixos viários, organizando-se em função da fluidez e

rapidez de circulação e ramificando-se por terrenos cada vez mais distantes do núcleo.

A malha urbana, dispersa e descontínua, transformou-se num somatório de fragmentos desconexos, marcados por uma pobreza estética, funcional e espacial. Impera a ausência de uma ordem planeada e reconhecível, de infra-estruturas e equipamentos colectivos integrados numa rede hierarquizada e de actividades e serviços distribuídos segundo uma lógica territorial coerente. Evidencia-se também uma ruptura com a concepção e utilização tradicional do espaço público – as praças e os largos, os parques e os jardins são praticamente inexistentes. São agora cada vez mais espaços de fluxos e de ocupação momentânea, ligados à mobilidade e ao consumo, submetidos ao traçado viário e ao

movimento automóvel. Assim, dificilmente se constituem como lugares de permanência e encontro, de relação física e mental entre os cidadãos e a cidade e de afirmação de identidade individual e colectiva.

Este processo de expansão é particularmente visível na margem esquerda, na zona Norte e nas encostas Nascente da cidade, assim como nas áreas de Celas, Santo António dos Olivais e Vale das Flores que, tal como a Solum, se afirmam progressivamente na morfologia urbana.

A cidade multiplicou-se, então, em novas centralidades, que se foram sobrepondo ao núcleo histórico, cada vez mais inacessível em termos viários e cada vez mais degradado a nível físico e social. De facto, assistiu-se *“a uma espécie de periferização do centro de Coimbra, visível nas inúmeras*

*situações de esvaziamento e abandono a que foi votado o seu tecido consolidado*¹².

Deste modo, verificou-se uma quebra da oposição entre centro e periferia, uma diluição da fronteira entre urbano e rural. A cidade mistura-se com a envolvente, conduzindo à emergência de “vazios urbanos” ou “terrenos vagos” – espaços de limites e usos indefinidos, que oscilam entre cidade e campo, entre público e privado, entre exploração e abandono, entre resistência e devastação..., constituindo-se como rupturas no tecido urbano; resultam de construções isoladas, que se erguem sem relação entre si e desgarradas da envolvente, estando também associados a estruturas desactivadas, degradadas ou obsoletas ou a áreas marginalizadas pela expansão urbana, onde a ruralidade ainda persiste.

Também as intervenções na bacia hidrográfica do Mondego, realizadas nas últimas décadas do séc. XX, com o objectivo de controlar as cheias e assegurar o aproveitamento dos recursos associados Mondego (de grande importância para o desenvolvimento sócio-económico da região), tiveram grande impacto, provocando drásticas alterações na paisagem.

Foi feita regularização dos leitos fluviais (na área a jusante da cidade de Coimbra) e a construção de barragens (sistema Agueira-Raiva-Fronhas), de infra-estruturas de rega (Canal Condutor Geral) e da Ponte-Açude de Coimbra (inaugurada em 1981), com a finalidade de derivar a água para o canal.

Deste modo, estas obras provocaram a destruição de galerias ripícolas e outros maciços arbóreos adjacentes ao rio, bem como de sebes vivas de compartimentação de campos agrícolas; por outro, permitiram a formação de um extraordinário espelho água

a montante da ponte de Santa Clara, que foi o elemento essencial na requalificação das margens ribeirinhas.

Ainda assim, subsiste um risco de inundação nas zonas adjacentes ao rio Mondego e a alguns dos seus afluentes.

Entre 1983 e 1993 foi elaborado o Plano Director Municipal (PDM), com entrada em vigor em 1994, que estabeleceu regras e orientações de ocupação e transformação do território do município de Coimbra.

O PDM definiu como objectivos preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico, a estrutura da produção agrícola e do coberto vegetal, os cursos de água e as linhas de drenagem natural, assim como defender o património cultural e ambiental e promover o funcionamento, ampliação e execução de infra-estruturas e equipamentos. Neste sentido, foram estabelecidas servidões e

restrições de utilidade pública ao uso do solo, assinaladas em Plantas de Condicionantes, relativas a infra-estruturas (saneamento básico, abastecimento de água, rede rodoviária e ferroviária...), ao património cultural (edifícios públicos e imóveis classificados) e natural: leitos e margens dos cursos de água, o açude de Coimbra (classificado como albufeira protegida) e zona adjacente ao rio Mondego a jusante da ponte, áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e na Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Natural do Paul de Arzila, matas nacionais (Vale de Canas e Choupal) e jardins públicos, nomeadamente, Jardim Botânico, Parque de Santa Cruz, Parque Dr. Manuel Braga e Penedo da Saudade.

O modelo de organização proposto para o concelho, representado em Plantas de Ordenamento, traduziu-se fundamentalmente na implementação de uma lógica de zonamento e na definição de uma rede viária principal (composta por vias de importância

nacional e regional e por vias municipais principais e secundárias), tendo por base a divisão do território em duas zonas: “Cidade de Coimbra” e “Área Exterior à cidade de Coimbra”.

Assim, a cidade, considerada como área privilegiada de crescimento urbano, infra-estruturação e intervenção municipal, foi dividida em zonas centrais, residenciais, de equipamento, industriais, turísticas e verdes.

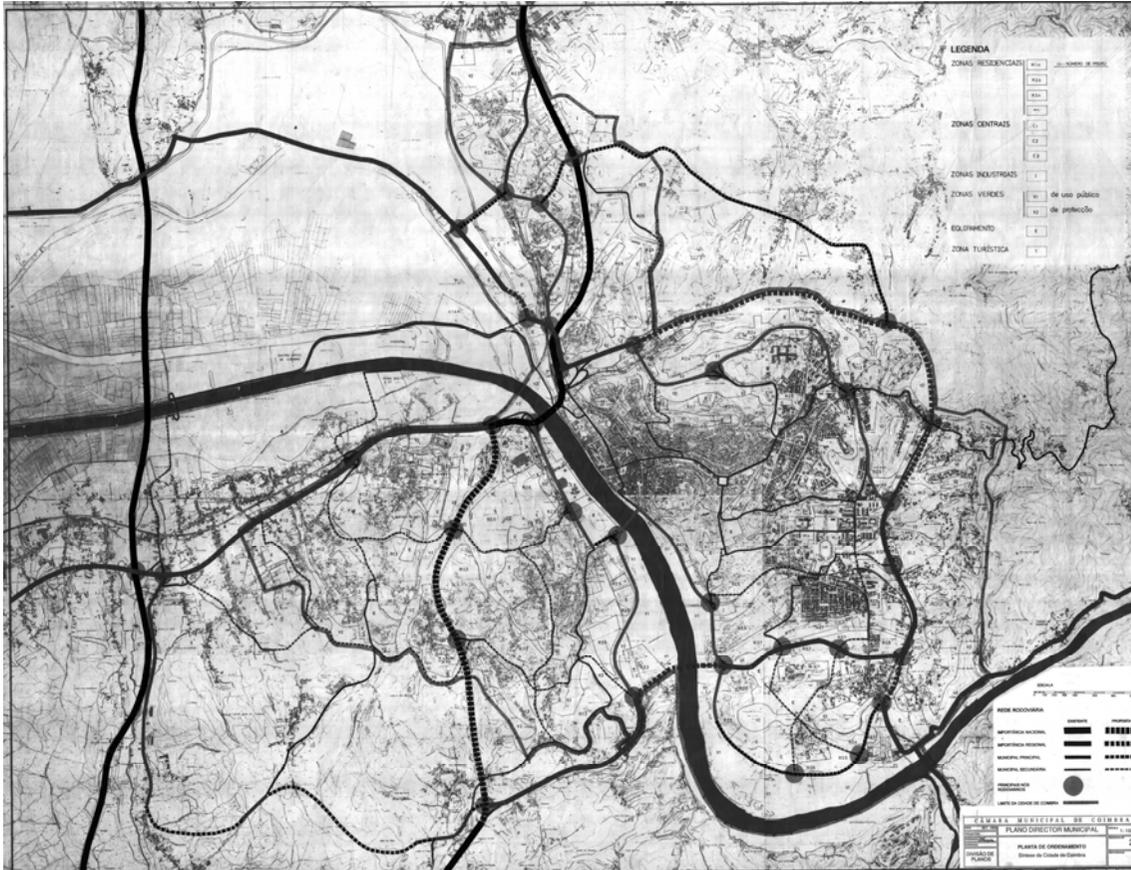
Estabeleceram-se também intervenções municipais prioritárias (devendo, sempre que necessário, ser elaborados planos de pormenor ou outros estudos de conjunto), em locais entendidos como estratégicos para o desenvolvimento ordenado do município, podendo identificar-se algumas orientações urbanísticas fundamentais:

Primeiro, revitalizar o núcleo central, estendendo-o à margem esquerda e potenciando a aproximação entre a cidade e

o rio. As acções propostas incidiram fundamentalmente na recuperação do património histórico, no arranjo do espaço público, favorecendo a circulação pedonal, e na criação de incentivos à reabilitação do edificado. Paralelamente, foi prevista a requalificação das frentes ribeirinhas, entre as pontes do Açude e de Santa Clara. Destacam-se os projectos de remodelação da Praça 8 de Maio (da autoria do Arquitecto Fernando Távora) e de reconversão da zona do Pátio da Inquisição.

Segundo, promover a consolidação do tecido urbano, evitando a dispersão e colmatando os espaços “vazios” gerados pela expansão da cidade. Para isso, o PDM incentivou o reforço (desenvolvimento e crescimento) dos principais centros locais, através da instalação de novas infra-estruturas e equipamentos e da recuperação do espaço público e património existentes.

Impulsionou também a edificação de urbanizações residenciais de qualidade (e



Planta de Ordenamento, síntese da cidade de Coimbra

em quantidade adequadas à procura) – que incluam equipamentos e serviços de apoio, circuitos pedonais e viários e espaços públicos e verdes, respeitando o enquadramento paisagístico e urbanístico –, invariavelmente implantadas junto a grandes eixos viários: o Bairro da Rosa (projectado pelo Arquitecto Hestenes Ferreira), implantado entre o Monte Formoso e o bairro do Ingote, a vertente Norte do Vale Meão, as Quintas de S. Jerónimo e do Vale dos Tovins, no sector entre a Solum e o nó dos Olivais, as Quintas da Várzea e das Lágrimas, na margem esquerda, o Vale das Flores e a zona Sul da Solum.

Terceiro, fomentar a implementação de uma rede viária hierarquizada, de modo a resolver os graves problemas de acessibilidade e de circulação da cidade e de melhorar a qualidade ambiental das diversas áreas urbanas. Assim, reestruturou-se o sistema viário existente, construíram-se as pontes Rainha Santa Isabel e da Portela e abriram-se novos eixos de trânsito rápido.

Coimbra foi envolvida por duas circulares, interna e externa, que desviaram o tráfego do centro congestionado, permitindo a interligação entre os vários núcleos urbanos e periféricos.

Ainda no sentido de melhorar as deslocações urbanas, foi previsto o desenvolvimento de uma rede coordenada e eficaz de transportes públicos, complementada por parques de estacionamento periféricos, que incluirá a instalação do metro ligeiro de superfície, aproveitando as infra-estruturas ferroviárias existentes.

Por último, é de referir a descentralização da Universidade de Coimbra, com a criação de dois novos pólos de ensino na coroa envolvente da cidade – *“a expressão contemporânea de simbiose que em Coimbra sempre existiu entre Cidade e Universidade e das relações subjacentes e recíprocas entre o centro e as periferias”*³.

O Pólo II (pólo científico), implantado a Sul do Vale das Flores e constituindo, desde há décadas, o primeiro plano de urbanismo feito para a cidade, desencadeou o desenvolvimento de uma nova e significativa área de expansão.

O Pólo III (pólo da saúde), actualmente em construção, ergue-se numa pequena colina junto ao Hospital, voltado sobre a circular interna.

A transferência de faculdades para os novos pólos contribuiu decisivamente para a revalorização da Alta universitária, que espera pela concretização do *“Projecto de Reconversão dos Espaços dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e Áreas Envolventes”*, da autoria do Arquitecto Gonçalo Byrne. A proposta privilegia a recuperação e valorização do património edificado, a qualificação dos espaços públicos e o melhoramento das acessibilidades entre a Alta e Baixa,

favorecendo o peão em detrimento do automóvel.

Relativamente às zonas verdes, a partir da análise dos documentos disponíveis, podem também identificar-se algumas tendências e possibilidades de concretização.

As zonas verdes, subdivididas em “zonas verdes de protecção” e “zonas verdes de uso público”, foram definidas no Regulamento do PDM como *“áreas ou conjuntos de áreas com dimensão para assumirem uma categoria de uso no sistema urbano, caracterizadas pela elevada expressão do seu coberto vegetal e por um valor primordial na composição paisagística e que contribuem de forma significativa, como elementos de recreio e lazer, de protecção, e de composição paisagística para a qualidade do meio ambiente”*.



As “zonas verdes de protecção”, que poderão ser públicas ou privadas, pretendem proteger a estabilidade biofísica, designadamente de encostas declivosas, solos agrícolas e as linhas de água, bem como as infra-estruturas, sobretudo rodoviárias. Localizam-se, fundamentalmente, para além do tecido urbano consolidado: na margem esquerda do Mondego, sendo

particularmente expressivos os terrenos da antiga Quinta de S. Martinho, integrados na Escola Superior Agrária; na zona Norte, nomeadamente nas vertentes da colina da Conchada e ao longo dos vales de Coselhas e Meão (incluindo a envolvente do Penedo da Meditação), percorridos por vias rápidas; nas vertentes a Este da cidade, marcando a transição para as zonas montanhosas interiores; e no Pinhal de Marrocos, a Sul. Ressalta também o verde situado entre o Bairro da Solum e o nó dos Olivais, cortado pela circular interna (que será rematado pelas urbanizações da Quinta de S. Jerónimo e do Vale dos Tovins).

As “zonas verdes de uso público”, especialmente vocacionadas para recreio e lazer, além de parques e jardins preexistentes – Jardim da Sereia, Jardim Botânico, jardim-miradouro e mata do Penedo da Saudade, Portugal dos Pequenitos e Quinta das Lágrimas, assim

como a Mata Nacional do Choupal –, compreendem a criação de novos equipamentos.

Os verdes propostos, de um modo geral, ocupam áreas marginais ou residuais situados em zonas de vale, adjacentes a linhas de água; correspondem a espaços tendencialmente lineares, e maioritariamente associados a grandes eixos de comunicação, remetendo para o conceito de “corredor verde”: o corredor de Vale de Coselhas parte do nó da Casa do sal e estende-se ao longo da circular externa; o corredor do Vale da Arregaça acompanha a Linha da Lousã, ligando-se ao Parque Verde e à arborização da encosta da Mata do Botânico; o corredor do Vale das Flores prolonga-se desde a antiga estrada da Beira ao rio, seguindo a circular interna; além da mata de Montes Claros, situada num pequeno vale formado por um afluente da Ribeira de Vale Meão.

Contudo, sobressaem claramente as amplas margens do Mondego, onde será implantado o Parque Verde do Mondego: na margem esquerda, estende-se desde o Choupalinho à Lapa dos Esteios, articulando-se com a área envolvente ao Convento de Santa Clara-a-Velha; na margem direita, prolonga o Parque da Cidade até ao Vale das Flores, numa primeira fase, e, posteriormente, até à Portela. Também associado ao Mondego, surge uma estreita faixa verde ao longo do complexo do estádio Universitário, culminando na Ponte-Açude.

É ainda de assinalar a abertura para a cidade do terreno hoje encarcerado entre as muralhas da Penitenciária (um espaço de natureza agrícola, que foi sendo invadido por construções), que permitirá articular o Parque de Santa Cruz e o Jardim Botânico.

Verifica-se que, apesar de requalificar os núcleos urbanos e colmatar alguns espaços em aberto deixados pela explosão urbana, o Plano Director Municipal introduziu novas fragmentações e descontinuidades na cidade, conduzindo ao incremento dos “vazios urbanos” – um facto decorrente do crescimento dos eixos de comunicação e do desenvolvimento de novas áreas de expansão, onde se continuaram a erguer construções sem relação com a envolvente e com a escala territorial. Na verdade, “o PDM não é, só por si, garante da racionalização do crescimento urbano. Têm faltado planos de pormenor, que actuem como complemento de uma estratégia para a cidade, com programas precisos e bem definidos, que comecem a corrigir a desorientação dos últimos anos”⁴.

Impulsionou, no entanto, o desenvolvimento e a concretização de diversos projectos arquitectónicos, urbanísticos e infra-estruturais que marcaram o futuro desenvolvimento

morfológico da cidade. Evidencia-se a articulação que começa a desenhar-se entre algumas zonas verdes, formando manchas contínuas, particularmente expressivas ao longo do Mondego e em torno do núcleo histórico.

¹ Alexander, Christopher, Neis, Hajo, Anninou, Artemis, King, Ingrid, *A New Theory of Urban Design*, New York, Oxford University Press, 1987

² Grande, Nuno, “Coimbra como projecto urbano”, in ecdg 3, Novembro 2000

³ Byrne, Gonçalo, *A Alta de Volta*, EDARQ-Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, 1997, p. 97

⁴ Lobo, Rui, “Coimbra: evolução do espaço urbano”, in ecdg 3, Novembro 2000

Os espaços verdes da cidade actual

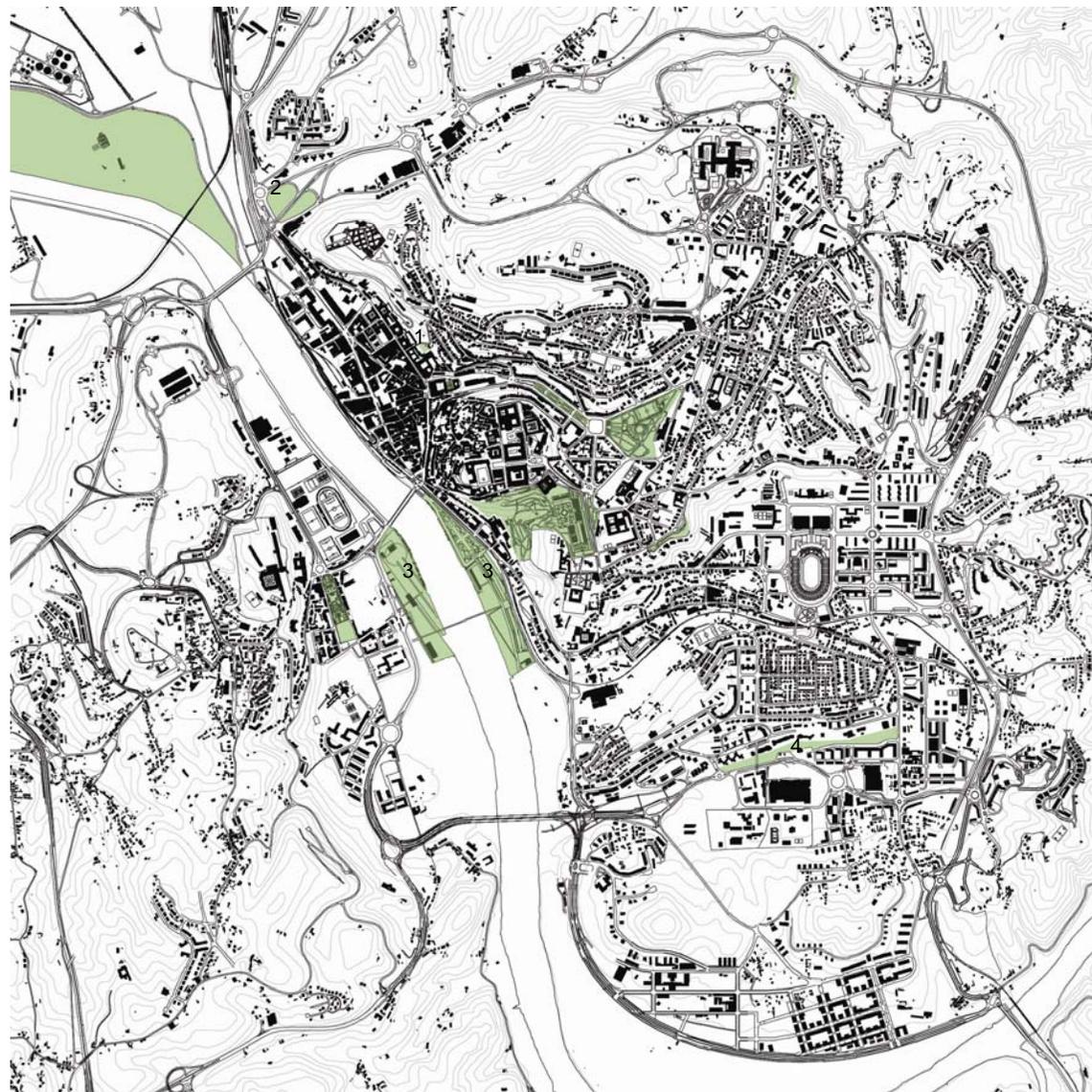
Coimbra apresenta uma extraordinária área verde, cuja verdadeira dimensão não é percebida pela maioria dos seus habitantes.

Basta olhar para uma imagem aérea da cidade para identificar a grande extensão de território ocupada por parques e jardins, assim como por verdes privados de habitações ou associados a equipamentos e instituições; subsistindo também claustros, velhas quintas e reminiscências de cercas conventuais, envolvendo antigos edifícios. Trata-se de espaços que, à semelhança de qualquer espaço construído, são projectados, regulados e mantidos pelo Homem e que desempenham uma função determinada na cidade. Apresentam uma grande diversidade de tipos, formas, programas, dimensões e localizações, factores que se traduzem em diferentes relações com o espaço urbano e com os cidadãos. Constituem referências espaciais e assumem modos de apropriação singulares, possuindo uma identidade claramente definida.



No entanto, o que realmente sobressai é a impressionante quantidade de “vazios urbanos”, espaços irresolutos onde o verde persiste, assumindo uma condição que não é nem urbana nem rural – áreas cultivadas e florestais, matos e pastagens naturais, terrenos incultos e muitos outros difíceis de denominar.

Evidenciam-se, assim, dois grandes grupos de espaços verdes, que podem ser genericamente definidos como *verdes urbanos* e *verdes não urbanos*, embora a distinção nem sempre seja clara.



Coimbra na actualidade

1. Jardim da Cerca de S. Bernardo
2. Jardim da Casa do Sal
3. Parque Verde do Mondego
4. Parque Linear do Vale das Flores

Espaços verdes urbanos

As profundas alterações operadas em Coimbra nas últimas décadas do séc. XX tiveram grandes repercussões nos verdes urbanos.

Os espaços "históricos" enquadram-se hoje num meio urbano bastante diverso, que, em alguns casos, produziu ou conduziu a transformações significativas, a nível formal e funcional, de vivência e relação com a envolvente.

É de notar que até ao final do séc. XIX não existiam em Coimbra espaços verdes urbanos públicos (pelo menos no conceito actual), sendo raros aqueles que foram criados com esse propósito, por iniciativa de poderes públicos, e que foram integrados no planeamento urbano. De facto, exceptuando o Parque da Cidade (bem como o desaparecido Passeio do Cais), o Jardim da

Sá da Bandeira e posteriormente o Portugal dos Pequenitos, os parques e jardins existentes, assim como a Mata do Choupal, derivam de um uso informal de lugares não planeados como zona verde urbana, antes reflectindo a sua natureza rural, a pouco e pouco ultrapassada pela expansão urbana¹.

Apenas na viragem do milénio, depois de anos de interregno, Coimbra viu finalmente surgir novos parques e jardins, potenciados por novos instrumentos de planeamento. Na verdade, foram concretizadas, embora apenas parcialmente, algumas "zonas verdes de uso público" definidas pelo PDM: o Parque Verde do Mondego, o Jardim da Casa do Sal e o Parque Linear do Vale das Flores; procedeu-se também à recuperação do Jardim da Cerca de S. Bernardo,

integrado no plano de reconversão da zona do Pátio da Inquisição.

Outros verdes propostos encontram-se em fase de desenvolvimento de projecto ou já em execução, mas as suas consequências apenas serão perceptíveis no futuro (mais ou menos próximo), como acontece com o Plano de Pormenor do Pólo II da Universidade, embora veiculem as tendências que geram o verde do presente.

O Jardim da Manga (classificado como Monumento Nacional desde 1934) sofreu algumas alterações ao longo do tempo mas, acima de tudo, assistiu a uma profunda transformação do seu enquadramento arquitectónico e urbano: a ala Norte do claustro foi demolida (como foi anteriormente referido), a ala Este foi reconstruída e alberga o edifício dos Correios, as alas restantes foram intensamente remodeladas. Tendo conhecido períodos de completo abandono e degradação, o espaço foi alvo de diversas intervenções, a primeira das quais executada ainda em 1935 pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Já no final do séc. XX, efectuaram-se obras de recuperação do coberto verde (1994), constituído por relvados, sebes de buxo aparado e algumas laranjeiras, bem como de conservação dos elementos arquitectónicos e decorativos e de requalificação da área envolvente (1999-2000).

O jardim, assumindo a função de logradouro público, abre-se para a

movimentada Avenida Olímpio Nicolau Rui Fernandes, situando-se a uma cota um pouco inferior à rua e encontrando-se separado do passeio por um muro baixo, onde existe apenas uma pequena escada de acesso.



Jardim da Manga

O seu usufruto está, essencialmente, associado ao turismo, servindo também de cenário a um café/restaurante que se prolonga numa esplanada, rematando o lado Este do conjunto. Este edifício, o único que

de facto se relaciona com o jardim, é envolvido por escadarias que permitem estabelecer a ligação com a rua superior, ainda que seja um percurso muito pouco utilizado, talvez por ser acidentado e marginal à Baixa.

No entanto, o Jardim da Manga mantém reminiscências da clausura conventual do passado – uma contenção espacial e uma atmosfera de tranquilidade que o afastam do bulício da vida quotidiana –, assim como um marcado cariz renascentista (fruto da revolução estética instalada no convento de Santa Cruz no período joanino) – a simetria da composição, o equilíbrio entre os volumes, as superfícies curvilíneas que contrastam com a envolvente, o simbolismo que ainda se presente –, que tornam a sua presença na Baixa coimbrã tão inusitada quanto reconfortante.

A concretização dos planos de reabilitação, requalificação e dinamização propostos para o tecido histórico, sobretudo para a cidade Alta, poderá contribuir para

alterar a situação actual, dignificando o monumento e estimulando novas conexões com a envolvente, dando ao jardim uma dimensão mais urbana. De qualquer modo, será imprescindível criar condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada.

O Jardim da Sereia, situado em pleno centro de Coimbra, afirma-se tanto pela escala e densidade da sua mata, quanto pelo seu carácter simbólico, de intimidade e serenidade, revelando um certo isolamento do espaço urbano, acentuado por problemas de segurança, ainda não solucionados (insegurança dos utentes e, nos últimos anos, do próprio património, que tem sido alvo de repetidos actos de vandalismo). Para este afastamento contribui ainda a barreira criada pelo Campo de Santa Cruz (reinaugurado no final de 2008, depois de

profundas, e longas, intervenções de renovação) e pelos edifícios do Instituto Português da Juventude e da Casa da Cultura (que albergava, até há bem pouco tempo, o Exploratório, entretanto transferido para um edifício na margem esquerda do Parque Verde, que incluía um jardim de plantas aromáticas, que será mantido pela Câmara Municipal), implantados na área Este, que cortam a relação do jardim com as vias circundantes.



Parque de Santa Cruz, jogo da péla

Ainda assim, o parque constitui um excepcional equipamento de lazer e apresenta um inegável poder de conexão, reforçado pela eliminação das sebes que o envolviam: é atravessado por grandes alamedas e escadarias, que convivem com espaços de descanso e permanência, num ambiente privilegiado de sombra e frescura. A generalidade da população, porém, não o entende como tal: utiliza-o apenas quando busca um lugar de refúgio ou quando pretende assistir a algum dos eventos que, ocasionalmente, aproveitam o cenográfico Jogo da Pêla. O desaparecimento do parque infantil que existia junto ao lago contribuiu também para esta indiferença dos habitantes.

Tem havido, no entanto, uma clara vontade de reabilitar este espaço, traduzida em algumas intervenções de recuperação e conservação. A autarquia convidou mesmo o arquitecto japonês Toyo Ito a apresentar um projecto de reabilitação que, se nunca foi concretizado, poderá contribuir com algumas sugestões.

Presentemente, estão em curso obras de recuperação de dois edifícios, que se encontravam há muito ao abandono – a Casa do Guarda e as antigas instalações sanitárias públicas –, e a construção de uma nova estrutura de ligação entre ambos, que se demarcará em termos formais e materiais do existente. Neste complexo ficará instalada uma Casa de Chá com esplanada, enquadrada num convidativo ambiente natural. Trata-se de uma valência que, além de ajudar a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), contribuirá para valorizar o Parque de Santa Cruz, tornando-o mais habitado e seguro.

Futuramente, a área Este da “Sereia” será atravessada pelo metro de superfície, pelo que terá de ser obrigatoriamente intervencionada, facto que poderá ser um pretexto para desenvolver as potencialidades do jardim enquanto espaço público de lazer, respeitando e enaltecendo a identidade histórica do lugar; para redefinir a articulação com as construções

adjacentes, de forma a estabelecer uma verdadeira complementaridade, capaz de suscitar uma nova fruição do parque e, ao mesmo tempo, proporcionar uma atmosfera envolvente benéfica para o usufruto desses equipamentos; para realçar as alamedas como eixos privilegiados de ligação e continuidade pedonal e criar uma verdadeira abertura para a malha envolvente.

Tal como foi referido por Alexandre Alves Costa e Sergio Fernandez, o Jardim da Sereia *“não necessita de uma reflexão nem profunda, nem original, necessita de bom senso, alguma sensibilidade sobre a sua estrutura formal e consciência da necessidade de lhe serem acrescentadas algumas funções e redefinidos os seus limites para integrar uma nova e mais ampla urbanidade”*².

O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra é uma das mais expressivas áreas verdes de Coimbra, sobretudo pelo facto de estar inserido no tecido consolidado. No entanto, pela especificidade da sua função e pela irregularidade do terreno onde foi implantado, apresenta uma situação de encerramento que dificulta a interacção com a envolvente.

O jardim formal encontra-se rigidamente separado da mata e das ruas circundantes por muros, embora mantenha uma relação visual com a Alameda Júlio Henriques, graças à permeabilidade das gradarias. Apesar de se tratar de percursos paralelos, o eixo de atravessamento do jardim, com as suas escadarias, não consegue assumir-se como um verdadeiro percurso alternativo à alameda, ampla, plana e arborizada. Assim, é fundamentalmente um lugar de estar, de passeio, de lazer e de turismo, para além de ser ainda um lugar de aprendizagem e investigação. Recentemente, o jardim tornou-se também palco de alguns eventos culturais, nomeadamente pequenas feiras,

espectáculos de rua e uma exposição de escultura.



Jardim Botânico

A Mata do Botânico, que outrora chegava até ao rio, encontra-se agora completamente espartilhada por edificações, remetida a uma condição de traseira, mas a força da sua topografia e a intensidade da sua vegetação continua a impor-se na paisagem urbana, articulando visualmente a Alta monumental e a Baixa ribeirinha.

Contrariamente ao jardim formal (de uso público, ainda que restringido a um horário de funcionamento), a Mata encontra-se fechada à população em geral (embora se possam marcar visitas guiadas). Este facto pode ser justificado pelo vincado carácter científico do espaço, assim como pelas dificuldades de manutenção e segurança que a sua vasta dimensão comporta. No entanto, a sua abertura é desejada pelos cidadãos, para quem a mata é, de certo modo, um lugar intocável, proibido, logo misterioso e apetecido.

Efectivamente, no Jardim Botânico de Coimbra, como em qualquer outro jardim botânico, esteve sempre patente um conflito entre os objectivos científicos que presidiram à sua criação e as potencialidades que oferece enquanto espaço público.

Tal como acontece com o jardim formal, seria possível, e até mesmo desejável, abrir a mata à cidade, mantendo a sua integridade (se necessário, mediante um horário de funcionamento e a cobrança de

bilhetes). Poderia assim constituir um lugar privilegiado de união entre conhecimento e lazer e, ao mesmo tempo, materializar (ou repor) a ligação do Botânico às margens do Mondego – dois dos grandes verdes da cidade de Coimbra. Esta ligação, já muitas vezes referida, obriga à resolução dos limites da mata à cota baixa (dignificando também os edifícios e equipamentos existentes), de modo a permitir o acesso pedonal; tem sido também considerada a hipótese de concretização de uma subida mecânica, rápida e paisagística.

A Avenida Sá da Bandeira permanece quase inalterada na suavidade do vale da Ribela, mantendo uma imagem uniforme que se impõe tanto pelo traçado amplo e regular, ainda ocupado por habitações burguesas, quanto pela arborização ritmada das ruas.



Jardim da Avenida Sá da Bandeira

No entanto, o antigo passeio público assume-se hoje como um espaço desgarrado da avenida e do edificado, feito de descontinuidades que dificultam uma fruição natural dos movimentos pedonais. São descontinuidades criadas pelo desenho formal dos canteiros, pelo tráfego intenso das vias e pelas faixas de estacionamento que o cortam e envolvem, pela irresolução do remate inferior e pela construção do edifício do café Cartola, que quebrou a relação com a Praça da República.

Deste modo, o Jardim da Avenida Sá da Bandeira assume-se essencialmente como lugar de permanência, normalmente contornado, embora manifeste evidentes potencialidades de interação com a envolvente.

Para isso, será então imprescindível resolver os problemas de tráfego e de estacionamento que “estrangulam” o jardim, eliminando a poluição ambiental, sonora e visual (que, apesar de tudo, é minorada pela arborização), e procurar criar uma continuidade mais cómoda e fluida, que se possa estender da Praça da República e até à Baixa – o que poderá ser facilitado pela inserção do metro ligeiro de superfície, um transporte público alternativo, mais urbano e ecológico, que irá acompanhar a avenida, prolongando-a até às margens do rio.

Os penedos da Saudade e da Meditação assistiram, do alto das suas violentas geografias, ao incansável crescimento de Coimbra. Contudo, apesar de a sua paisagem ter sido devassada pela urbanidade, têm ainda algo de refúgio e de romantismo, de isolamento e tranquilidade.

O Penedo da Saudade, pelo contrário, é um dos espaços mais conhecidos de Coimbra, quer pela sua panorâmica, quer pela sua simbologia.

Embora a paisagem que hoje dele se vislumbra esteja completamente transformada, o jardim poucas alterações sofreram. Continua a ser um lugar de estar, que apela ao convívio, ao descanso e à contemplação, permitindo observar toda a parte Este da cidade, desde o rio até às serras da Lousã e do Roxo, onde ainda o verde permanece. Apesar disso, é sobretudo frequentado por turistas.



Penedo da Saudade

Tendo em conta a tradição literária a que o Penedo da Saudade está ligado, a Câmara Municipal de Coimbra promoveu recentemente a criação do “Jardim dos Poetas”, que ocupa dois patamares do jardim-passeio, articulados por um largo semicircular. Um dos patamares corresponde à “Sala de Leitura”, com placas de bronze dispostas sobre o pavimento, contendo poemas dos autores evocados nas lápides da encosta; no outro fica a “Sala da Tertúlia”, com bustos de poetas colocados

frente a frente, para lembrar as reuniões literárias realizadas no Penedo. Até ao momento, porém, existem apenas duas estátuas, de António Nobre e Eça de Queirós.

No entanto, outras alterações poderiam ser estudadas. A encosta do Penedo da Saudade é percorrida por uma mata, que surge como um possível e até evidente prolongamento do jardim-miradouro, capaz de o valorizar pelo modo como se coaduna com a sua herança romântica. Seria desejável que pudesse tornar-se um espaço “percorrível”, um refúgio para os residentes da Solum, uma zona com grande densidade habitacional e de tráfego. A localização estratégica da encosta sugere também a possibilidade de criar uma conveniente ligação directa entre a cidade histórica e a centralidade urbana, embora seja difícil, senão impossível, romper a barreira imposta pela topografia e pelo edificado, assim como gerir os problemas de segurança que a densidade do arvoredo pode provocar.



Penedo da Meditação

O Penedo da Meditação é um verde completamente esquecido, que tem lentamente caminhado para o abandono.

Escondido por um pequeno grupo de grandes vivendas, continua a ser um sítio marginal à cidade, mas a sua atmosfera de silêncio foi corrompida pela velocidade, e pelo ruído, das vias rápidas que o ladeiam: a Avenida Bissaya Barreto (troço da circular interna) e a circular externa que irrompe, e ecoa, pelo Vale de Coselhas – um vale cada

vez mais invadido por construções, que se vão sobrepondo à ruralidade de outrora.

Sendo sobretudo um espaço memória, pode tornar-se também uma zona de permanência e lazer para os residentes da zona, sendo necessário dignificá-lo, conservando-o e melhorando os seus acessos.

O Portugal dos Pequenitos está completamente consolidado como parque urbano temático, preferencialmente voltado para as crianças, mas com função turística relevante, facilitada pela proximidade com a Baixa.

O recinto, fechado por muros altos, foi prolongado para Sul, definindo-se duas áreas distintas: o parque primitivo, marcado pela escala miniatural das edificações, pela geometria dos canteiros dos jardins, pela

sombra das árvores de grande porte; e os terrenos posteriormente anexados, ocupados por um parque infantil (em frente à casa de infância) e por um extenso relvado, inundado pelo calor do Sol.

A nova extensão foi rematada por um “edifício-relógio de sol”, destinado à realização de actividades e eventos lúdico-pedagógicos (embora aparentemente sem grande dinâmica). A estrutura está implantada numa área com pavimento gravilha, que se abre para um pequeno largo com parque de estacionamento. Este conjunto poderia assumir-se como um acesso ao jardim, articulando-se com a Quinta das Lágrimas, que lhe é adjacente. No entanto, a entrada do Portugal dos Pequenitos continua a ser feita unicamente através do antigo portal, que se volta para o tráfego intenso da rotunda de Santa Clara.



Associação Académica de Coimbra

A Associação Académica de Coimbra, integrada no plano de reconversão da Alta universitária, está a ser actualmente remodelada, segundo projecto de Gonçalo Byrne.

De facto, há muito que o complexo necessitava de obras urgentes, de forma a garantir as condições de segurança, higiene, funcionalidade e conforto adequadas às suas funções. Além do visível estado de degradação em que se encontra, a sede da

Academia foi sofrendo diversas alterações arquitectónicas e programáticas, procurando responder a novas vivências e necessidades, acções quase sempre improvisadas e pontuais que acabaram por ferir a imagem do conjunto. No jardim, fizeram-se alguns acrescentos, como o volume do “palco do jardim” (raramente utilizado), encaixado no talude do terraço, para servir de apoio a espectáculos ao ar livre. Trata-se, contudo, de uma estrutura completamente desgarrada do contexto, quer pela linguagem e materiais utilizados, quer pelo modo como se opõe à “natural” modelação do terreno. Foi também implantado um bar com esplanada no topo Este, o “Canto do Lago”, sem que tenha havido uma capaz adequação ao carácter do lugar. Ainda assim, a sua inclusão permitiu dar (durante algum tempo) uma nova vida a este espaço verde, enquanto lugar de lazer e sociabilização.

O plano de Gonçalo Byrne, além do restauro e remodelação dos edifícios, procurou melhorar as condições de

utilização e comunicação do jardim, assim como favorecer a relação com a encosta e com o Edifício das Caldeiras, que foi reabilitado e ampliado, com a edificação de uma “torre” de betão” adossada à colina da Alta.

Ergueu-se um novo bar (que constitui um dos grandes espaços de animação nocturna da cidade) na área Este, que foi revestida por calçada portuguesa, com excepção da área de esplanada, demarcada por pavimentos de madeira, mantendo-se alguma da arborização existente. Foi construída uma escadaria de acesso à cota do jardim, através do vestíbulo do edifício das secções académicas (a Norte), tendo sido também restabelecida a ligação entre as Escadas Monumentais e a Rua Padre António Vieira, com a demolição dos anexos existentes, abrindo uma passagem junto ao “Canto do Lago”. Está ainda prevista a demolição do inacabado bloco da Sala de Estudo e a construção de um elemento vertical autónomo (de circulação), no remate do corpo das secções, dialogando com o

Edifício das Caldeiras – o que irá criar novas tensões no espaço exterior

Actualmente, o jardim da Associação Académica de Coimbra continua a ser o grande elemento unificador do conjunto, mantendo-se a dicotomia (e complementaridade) entre urbanidade e intimismo que, de facto, constitui a sua grande mais-valia. Abertura do bar,

O Parque Verde do Mondego, compreendendo as margens do rio entre as pontes de Santa Clara e Rainha Santa, está a ser implementado no âmbito do Projecto de Requalificação Urbana de Coimbra – Programa Polis e pretende traduzir uma imagem de parque urbano multifuncional, vocacionado para cultura, desporto e lazer, assumindo o rio como elemento central e de ligação.

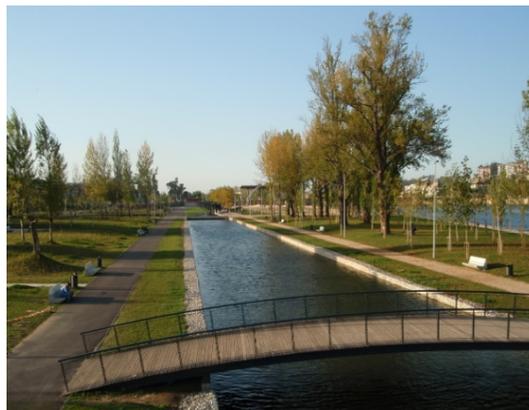
O plano de pormenor, elaborado pelo arquitecto Camilo Cortesão, definiu a implantação de percursos pedonais e ciclovias, locais de estadia, diversos equipamentos e parques de estacionamento, assim como a construção de uma ponte pedonal.

O Parque Verde do Mondego compreendeu seis fases de desenvolvimento e execução:

A primeira deu continuidade ao recinto da Praça da Canção, no Choupalinho, que integra um palco de grandes dimensões, com edifícios de apoio, possibilitando a realização de espectáculos ao ar livre (nomeadamente das “Noites do Parque”). Nesta área, plantaram-se grandes superfícies relvadas, preservando as árvores de grande porte existentes, e abriu-se um canal navegável, marginado por percursos pedonais.

A segunda, prolongando o parque para Sul, compreende estruturas de apoio a desportos náuticos – uma sequência de

singulares construções de madeira –, assim como um parque de merendas, um parque infantil e um parque radical (ainda não concretizados). Esta fase incluiu também a construção dos acessos à ponte pedonal (projectada pelos engenheiros Adão da Fonseca e Cecil Balmond), bem como de ligações subterrâneas à área do Convento de Santa Clara-a-Velha que foi alvo de profundas obras de restauro, depois de ter permanecido alagado durante séculos – é a mais visível e duradoura demonstração da força destruidora dos assoreamentos e das cheias do Mondego.



Parque Verde do Mondego, margem esquerda

Como estava previsto no plano de pormenor do “Eixo Portagem/Avenida Dr. João das Regras”, inserido no Programa Polis, o terreno contíguo ao Convento foi também intervencionado. Apresenta junto àquela avenida uma extensão pavimentada, onde alguns eventos têm lugar. O largo estende-se depois num longo relvado, que enquadra e embeleza o complexo conventual, amenizando a vizinhança da Avenida Inês de Castro; é percorrido por um passadiço que permite observar as ruínas e ir até à sua entrada. Criou-se pois um interessante percurso pedonal entre a zona monumental de Santa Clara e as zonas ribeirinhas.

A terceira fase, projectada pelo atelier PROAP, estende-se a Sul do Parque da Cidade, até à linha de água do Vale da Arregaça, e integra zonas verdes e de estacionamento, separadas por um desnível do terreno (suportado por muros de xisto) e por uma fileira de árvores.

A articulação com o Parque da Cidade, situado a uma cota superior, foi resolvida através de uma escadaria contínua, rematada por uma inovadora “fonte-canal”. O elemento de água estende-se ao longo de uma grande avenida, que atravessa toda a área, na continuidade da alameda central do jardim oitocentista. A circulação é complementada por um eixo marginal (pontuado por quatro módulos quadrangulares, destinados a funções culturais, informativas e de apoio central) e por caminhos ortogonais, com pequenas áreas de estadia, em “deck” de madeira.

Junto ao Mondego, distinguem-se duas unidades, demarcadas pela ponte pedonal: uma estrutura edificada com bares e restaurantes, prolongada por uma esplanada (a jusante); e uma frente de rio propriamente dita, com freixos, choupos e salgueiros, com passadiços de madeira que se projectam sobre a água em pequenos ancoradouros (a montante). A restante área é ocupada por relvados, onde foram plantados alguns alinhamentos de laranjeiras, que se revelam

insuficientes para o clima ensolarado de Coimbra.



Parque Verde do Mondego, margem direita

Há que referir que, na margem direita, a construção do Parque Verde implicou a destruição dos pitorescos laranjais que ocupavam o lugar, bem como de grande parte da galeria ripícola. Assim, a maioria dos elementos vegetais presentes foram (re)plantados, em composições geométricas e, nalguns pontos, reproduzindo mesmo a espontaneidade biológica preexistente.

O parque é rematado a Sul pelo Pavilhão de Portugal (que representou o país na Exposição Mundial de Hannover), inicialmente definido como espaço multiusos, mas recentemente cedido à Orquestra Clássica do Centro.

Uma das propostas do plano de pormenor para esta zona não foi concretizada: a criação de uma entrada principal, assinalada por duas grandes estufas, rematando a nova ponte e dando acesso a uma passagem pedonal para a Rua do Brasil, elevada sobre a Avenida da Lousã e a via-férrea.

A quarta e quinta fases, da autoria do ateliê NPK, irão expandir o Parque Verde até à Ponte Rainha Santa, em ambas as margens.

Estas intervenções procurarão manter as características naturais do lugar, pois pretende-se que o Parque Verde do Mondego adquira um cunho progressivamente menos urbano à medida que se estende para montante. Serão criados espaços informais de lazer, estruturados por caminhos pedonais e cicláveis de base ortogonal, assentes no prolongamento dos eixos definidos nas áreas contíguas.

Na margem esquerda, nos terrenos da antiga Quinta da Várzea (quarta fase), os trabalhos foram já iniciados, tendo sido concretizadas duas intervenções complementares: o edifício do Exploratório (transferido da Casa da Cultura) e uma piscina descoberta, cuja reduzida dimensão tem sido fortemente criticada pelos

cidadãos, com equipamento de apoio e bar/restaurante.



Parque da Cidade

Procedeu-se também à requalificação do Parque Dr. Manuel Braga, pelos Arquitectos Paisagistas João Ceregeiro e Claudia Sisti. O projecto compreendeu a recuperação e melhoramento das estruturas existentes (edificações, mobiliário urbano, sistema de iluminação pública, redes de rega e de drenagem de águas pluviais), assim como a

instalação do Museu da Água no edifício da antiga Estação Elevatória e a construção do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental.

O Parque Verde do Mondego acabou, então, por concretizar alguns dos conceitos desenvolvidos no Plano Costa Lobo: a interligação entre o Parque da Cidade e as margens do Mondego, onde se criaram espaços de repouso e lazer, e a construção da ponte pedonal.

Os parques ribeirinhos podem ser entendidos como espaços de transição entre a cidade e o rio ou ainda como espaços de ligação entre as duas margens da cidade, permitindo a circulação ao longo das frentes fluviais e interligando a Baixa e Santa Clara.

O novo espaço verde integrou e deu continuidade ao Parque da Cidade, conferindo-lhe uma nova vida. Sente-se, no entanto, uma ruptura entre os jardins, que apresentam características distintas

relativamente à forma, à vegetação, às funções que oferecem e, sobretudo, à aproximação ao Mondego: enquanto o Parque da Cidade se eleva, imponente, sobre o rio, o Parque Verde toca e avança sobre as águas.

Existe também, pelo menos por enquanto, uma barreira no limite Sul do Parque Verde. Na margem esquerda, termina abruptamente, estando cortada a relação com o resto das margens por vedações, que permitem ver uma arborização extremamente densa, aparentemente impenetrável; na margem esquerda, o parque confina com os laranjais geométricos da Quinta da Várzea, um lugar convidativo, pela imensa sombra, pela sensação de conforto e pertença – seria um espaço a integrar no parque.

Os parques das margens do Mondego tornaram-se os grandes espaços verdes de lazer dos conimbricenses. A verdade é que são um local aprazível, onde é possível permanecer fruindo o rio e a envolvente;

oferecem diversas possibilidades de utilização quer pelas crianças, quer pelos adultos; ficam próximos da Baixa e estabelecem relação com outras áreas da cidade; são planos e têm uma certa extensão, assim como fácil acessibilidade (automóvel e pedonal).

O Jardim da Casa do Sal foi concebido com base num estudo realizado pela Divisão de Plano da Câmara Municipal de Coimbra e inaugurado em 1996. Localizado junto à porta Norte de Coimbra, foi preencher um espaço residual gerado pelo intrincado traçado de rotundas, viadutos e artérias do nó da Casa do Sal, onde convergem os principais acessos à cidade.

O jardim apresenta prados amplos e ensolarados, enquadrados por espécies arbustivas e arbóreas diversificadas

(indígenas e exóticas) que, além de oferecerem sombra e protecção visual, permitem absorver o ruído e filtrar os gases emitidos pelos automóveis. O espaço é percorrido por caminhos de saibro, equipado por um pequeno jardim infantil (posteriormente construído) e servido por um parque de estacionamento (que fazia parte da rede da Ecovia), implantado sob um viaduto.

Transmitindo ainda a natureza residual do espaço que ocupa, o Jardim da Casa do Sal encontra-se totalmente encaixado na complexidade da rede viária, isolado numa zona sem identidade urbana definida, caracterizada por grandes tensões e rupturas. Apesar disso, é um importante espaço verde da zona Norte e, até à inauguração do Parque Verde do Mondego, teve grande afluência, pois, ainda que os atravessamentos pedonais sejam pouco seguros, há uma fácil e rápida acessibilidade automóvel – o transporte de eleição dos conimbricenses.



Jardim da Casa do Sal

É um elemento de valorização a proximidade do Mondego e do Choupal, bem como de outros verdes intersticiais e alguns campos agrícolas, que com ele formam uma certa continuidade verde. Na realidade pode-se mesmo dizer que o jardim marca o momento inicial do corredor indicado pelo PDM para o Vale de Coselhas.

Tratou-se de uma iniciativa louvável da Divisão de Plano que, partindo de alguns esquiços e trabalho no terreno, criou um jardim de fácil concretização e manutenção,

demonstrando a possibilidade de compatibilizar o verde e a agressividade das vias rápidas, com grandes benefícios para a cidade: a vegetação, além de inúmeras vantagens ambientais, possibilita o enquadramento e integração das infra-estruturas, a separação do tráfego e a protecção do tecido adjacente, ao mesmo tempo que proporciona a implantação de equipamentos de recreio e lazer – uma experiência que deveria ser desenvolvida e estender-se a outras áreas.

O Vale das Flores, quase plano, alonga-se entre as elevações do Bairro Norton de Matos e do Pinhal de Marrocos, confinado com a área de implantação do Pólo II da Universidade.

Tem sido marcado por intervenções desarticuladas e incoerentes, por um

crescimento desordenado e inconsequente, desenvolvido ao longo da uma grande infra-estrutura viária, a circular interna. É uma zona de carácter residencial protagonizada por grandes superfícies comerciais e favorecida pela presença de estabelecimentos de ensino (Escola Secundária da Quinta das Flores e Instituto Superior de Engenharia de Coimbra), constituindo uma das principais centralidades urbanas de Coimbra.

O Vale das Flores foi considerado pelo PDM como área de desenvolvimento prioritária, tendo sido objecto de um plano de pormenor, elaborado pelo Arquitecto Camilo Cortesão.

A proposta desenvolvida procurou articular as diversas intervenções urbanísticas efectuadas, assumindo a área como ponto de encontro de diferentes funções (comércio, serviços e habitação). Deste modo, foi definida a implantação de novos fogos, equipamentos colectivos e serviços públicos (tendo sido já concretizada

a Casa Municipal da Protecção Civil/Quartel dos Bombeiros Sapadores, a Oficina Municipal do Teatro e uma residência universitária), a simplificação do traçado da Avenida Mendes da Silva (troço da circular interna) e a articulação do vale com as zonas contíguas, nomeadamente com o Alto de S. João e a futura extensão do Pólo II.

O Parque Linear do Vale das Flores, inaugurado em 2001, insere-se numa faixa desocupada, resultante da junção “irresolvida” entre blocos de habitação colectiva e o traçado viário.

Integra equipamentos infantis e campos de jogos, assumindo uma clara vocação desportiva, e é percorrido por relvados, pontuados por algumas árvores, e por dois caminhos, ocasionalmente cruzados por

acessos transversais: um pedonal e directo, outro ciclável e, por vezes, serpenteante.



Parque Linear do Vale das Flores

No extremo Oeste do parque, abre-se um grande espaço pavimentado, dominado por uma fonte com repuxos e marcado por uma total ausência de sombra (existe apenas um pequeno conjunto de pequenas árvores), que o torna desconfortavelmente escaldante e luminoso. Sobre esta zona surge uma passagem aérea para o outro lado da

avenida. A Este, é rematado por uma pequena elevação circular e por um muro de sebes, que corta a relação com o passeio da estrada da Beira, existindo apenas um estreito e discreto acesso lateral.

O Parque Linear veio contribuir para colmatar a ausência de espaços públicos e equipamentos de lazer existente, assim como para amenizar a imagem confusa, caótica do Vale das Flores, conferindo-lhe maior qualidade urbana.

Inserido num dos grandes pólos funcionais de Coimbra, o parque é intensamente usufruído pelos cidadãos, sobretudo para passear e praticar desporto. De facto, este é um sinal inequívoco de que são necessários espaços verdes de proximidade que, além de serem um destino em si, podem ser percorridos entre a casa e o trabalho, por exemplo.

No entanto, tal como previsto pelo PDM e assumido pelo plano de pormenor, o parque deveria estender-se às margens do Mondego, o que não se verifica ainda.

Deveria constituir-se uma verdadeira continuidade verde ao longo da Ribeira de Vale das Flores, ainda visível (o que não acontece na parte já construída), salvaguardando-a e integrando a vegetação ripícola e as pequenas hortas que a marginam.

O parque poderia ainda abrir-se para a Estrada da Beira (N17) e para Casa Branca (uma área em plena transformação), alcançando a via rápida, a Este; articular-se com os terrenos vagos que envolvem alguns equipamentos (e que começam a ser transformados em parques de estacionamento); e ligar-se aos espaços verdes propostos (ainda não concretizados) para a zona do Pólo II, através de percursos pedonais arborizados, como sugerido por Camilo Cortesão.

O Jardim da Cerca de S. Bernardo resulta da recuperação de um degradado jardim em socalcos, situado num terreno em declive outrora pertencente à cerca do colégio de S. Bernardo (ou do Espírito Santo), integrado no conjunto renascentista da Rua da Sofia, em plena Baixa de Coimbra.

A intervenção surgiu no âmbito do plano de requalificação da zona do Pátio da Inquisição, que incluiu a instalação do Centro de Artes Visuais (CAV) e a construção do Teatro da Cerca de S. Bernardo (destinado à companhia de teatro Escola da Noite).

O projecto, desenvolvido pelo ateliê de arquitectura paisagista Margem, apoiou-se em três aspectos fundamentais, considerados como imprescindíveis para a dignificação da memória do lugar: *“a continuidade da sua própria definição tipológica enquanto cerca, dando sentido ao muro que envolve o espaço e o encerra; a manutenção das linhas fundamentais da sua*

estrutura; o sublinhar da rusticidade da vegetação que caracteriza as cercas conventuais”.



Jardim da Cerca de S. Bernardo

Assim, o jardim desenvolve-se em patamares e é organizado segundo dois eixos perpendiculares: o eixo transversal liga o teatro (a Oeste) a uma casa de chá (instalada no edifício que fecha o jardim a Este); o eixo longitudinal assegura a ligação urbana entre a Ladeira do Carmo (que articula a Rua da Sofia e a Conchada, a Norte) e o Pátio da Inquisição (a Sul).

O patamar superior é pavimentado e integra carvalhos (árvores de sombra), de modo a viabilizar uma esplanada de apoio à casa de chá; os patamares intermédios apresentam canteiros de herbáceas e pequenos arbustos (de grande impacto cromático e odorífero), além de sebes talhadas adoçadas aos muros de suporte (fazendo contraste entre folhagem e floração); os patamares inferiores são ocupados por relvados e prados floridos ensombrados por laranjeiras (que podem ser percorridos indiferenciadamente e permitir a estadia)

Fazendo a transição entre o espaço verde e o volume do teatro, surge uma grande peça de água, um elemento primordial do jardim, onde podem apoiar-se estruturas amovíveis, que proporcionem um contacto mais directo com a água, ou funcionem como palco para espectáculos.

O projecto do Jardim da Cerca de S. Bernardo, respondendo aos objectivos definidos pelo concurso público, realizou uma interessante *“reinterpretação do fluir da história”*, pelo modo como se submeteu a uma ideia simples de reforço da relação entre valorização da identidade do lugar, criação de estímulos para a nova utilização pública do espaço e estabelecimento de relações espaciais e visuais com a envolvente.

E no entanto, apesar de inserido numa área de efectivo valor histórico/turístico e da complementaridade exercida pelos equipamentos adjacentes, o jardim praticamente não é habitado, sendo mesmo desconhecido da maioria população.

Para este facto concorrem alguns factores, que vale a pena analisar:

Em primeiro lugar, o projecto não foi ainda inteiramente concretizado. Os arbustos e a maioria das árvores são jovens e por isso falta sombra. Por outro, a casa de chá e a esplanada do terraço superior não foram instaladas, e as possibilidades de utilização da peça de água, sugeridas pelos projectistas, não foram exploradas. Trata-se de elementos fundamentais do projecto, que poderiam estimular a permanência e apoiar os equipamentos adjacentes, nomeadamente o teatro, que serve de fundo ao jardim.

Por outro lado, a intervenção foi fortemente condicionada pela especificidade das preexistências. O terreno, elevado e rodeado por muros, encontra-se numa situação de encerramento que compromete a interacção com os edifícios contíguos, embora o projecto tenha procurado explorar o espaço de modo a contornar esta condicionante. Escondido e isolado da

envolvente urbana, o jardim está quase remetido a uma posição de traseira do Pátio da Inquisição, que constitui o seu acesso preferencial – de facto, é possível visitar o centro sem ter percepção da existência deste espaço verde. A articulação com a restante área verde da encosta em que se insere e a ligação com a Rua da Sofia e a Ladeira do Carmo dariam outra dimensão quer ao jardim da Cerca de S Bernardo, quer ao Pátio da Inquisição.

Por último, o jardim está implantado numa zona urbana consolidada particularmente sensível e fragilizada em termos urbanísticos. A Baixa de Coimbra, além das dificuldades inerentes a um casco histórico, encontra-se em avançado processo de degradação, apresenta graves problemas de circulação e estacionamento e revela decréscimo e envelhecimento de população residente. Ainda que mantenha uma importante capacidade de atracção, como centro de prestação de serviços (funções administrativas, comerciais e de saúde), a afluência a esta área resume-se ao período

laboral. Estas características têm implicações que se traduzem na redução do grau de afluência e acessibilidade ao jardim, ou seja, na redução da eficácia do próprio equipamento.

Concluindo, existe, como já foi referido, uma relação intrínseca entre o jardim, o CAV e o Teatro da Cerca de S. Bernardo, que tem sido manifestamente subaproveitada. De facto, o conjunto do Pátio da Inquisição tem todas as condições para se constituir como um núcleo de cultura e lazer, recriando o antigo pólo do Colégio das Artes. Para isso, é essencial consagrar os equipamentos como referências no panorama cultural de Coimbra, o que dependerá sobretudo de uma gestão dinâmica, além de uma política efectiva de fixação de população e de melhoramento das acessibilidades na Baixa.

O Plano de Pormenor do Pólo II da Universidade foi desenvolvido pela equipa do Arquitecto Camilo Cortesão, vencedora do concurso de Estudo Prévio lançado pela Universidade em 1989.

A área de implantação, que se estende do Vale das Flores ao Mondego, confina com urbanizações recentes (a Oeste) e com o antigo aglomerado periférico de Vila Franca (a Este). Trata-se de uma zona marcada por características eminentemente rurais, onde subsistem velhas quintas agrícolas, e por condições naturais particulares de grande valor paisagístico, ostentando grandes variações altimétricas e extensas massas arborizadas.

O plano procurou *“compatibilizar uma imagem urbana sem ambiguidades com o respeito pelas preexistências, pelos perfis do terreno natural e pela arborização”*, assentando na definição de uma malha reticulada, como base para a divisão dos quarteirões e estabelecendo uma estrutura viária hierarquizada.

Citando Camilo Cortesão, “os espaços verdes urbanos a criar em paralelo com o conjunto edificado vão desempenhar um papel fundamental. Realça-se a importância do contínuo natural, de ligação entre todos os espaços verdes existentes e propostos” (Camilo Cortesão, 1998, p. 130).

Os dois grandes marcos geográficos do território foram mantidos como áreas verdes: a abrupta elevação do Pinhal de Marrocos e os terrenos de aluvião das margens do Mondego, rigidamente afastadas pela circular externa/Avenida da Boavista (espaços que o Plano Director Municipal classificou, respectivamente, como “zona verde de protecção” e “zona verde de uso público”)

O Pinhal de Marrocos foi deixado livre de construções, surgindo apenas alguns caminhos que acompanham as curvas de nível do terreno. A mancha verde prolonga-se até aos edifícios da Unidade Pedagógica Central, fazendo a transição entre as áreas a Norte e a Sul do morro. O Pinhal de

Marrocos constitui uma referência territorial que se contrapõe à urbanidade circundante, como um cenário paisagístico que permite enquadrar e valorizar o conjunto edificado, como um reduto incontaminado que oferece um contacto mais íntimo com a natureza e uma panorâmica excepcional sobre a cidade e o rio – fazendo recordar os miradouros oitocentistas.

As margens do rio foram aproveitadas para criar um parque urbano que, além de constituir o grande espaço de lazer do Pólo II, integra um vasto complexo desportivo, como complemento da Faculdade de Cultura Física e Desporto.

O espaço foi estruturado por dois eixos perpendiculares, apoiados por alguns percursos mais orgânicos: o primeiro eixo, diagonal relativamente à malha do plano, resulta da recuperação de um antigo percurso e estabelece a ligação pedonal entre o conjunto edificado e o Mondego, vencendo a enorme barreira da Avenida da Boavista através de uma passagem aérea; o

segundo eixo distribui os diferentes campos desportivos (campos de futebol, basquetebol, ténis, basebol, pistas de atletismo...).

No projecto, encontra-se subjacente uma ideia sugestiva: a preservação de uma paisagem fluvial que se deixa penetrar por “rasgos” de urbanidade, criando um contraste entre a organicidade dos elementos naturais e a rigidez dos traçados propostos. No entanto, é de questionar a densidade do programa, que implica uma excessiva área impermeabilizada, a sua concentração e proximidade da avenida.

Outro aspecto a realçar é a aceitação da componente agrícola do terreno, estando prevista, sempre que possível, a manutenção dos olivais e laranjais existentes e, inclusivamente, a integração de novos espaços produtivos, como estufas e viveiros.

Na área Norte, foram previstos dois outros espaços verdes, totalmente inseridos na malha urbana: um é articulado com um percurso pedonal de ligação entre o Vale das Flores e o Pinhal de Marrocos; outro ocupa os terrenos da Quinta da Malavada e recupera as construções existentes para instalar equipamentos de apoio.

Nos quarteirões universitários (encerrados ou em “U”), criaram-se pátios interiores ajardinados que, além de garantirem iluminação natural, permitem prolongar as funções dos edifícios e, assim, desenvolver a vivência académica. O arranjo destes espaços deverá conjugar a plantação de espécies exóticas e indígenas (carvalho, choupo, freixo, plátano, oliveira, laranjeira...), contribuindo para unificar os verdes existentes e propostos.

A arborização é uma constante no perfil dos arruamentos, surgindo em faixas contínuas (nos eixos principais) ou em canteiros (nos eixos secundários). Esta integração, conjugada com amplos passeios,

oferece maior conforto e segurança ao peão, separando-o do trânsito automóvel.



Pólo II da Universidade de Coimbra

Deste modo, o Plano do Pólo II da Universidade assume, valoriza e integra a especificidade da paisagem (o relevo acidentado, as vastas manchas verdes, a presença do rio), tirando partido das suas potencialidades e respeitando a memória de ocupações passadas. Assimilando os conceitos de continuidade, clareza e

identidade, o projecto aponta para uma profícua interpenetração entre urbanidade e “naturalidade” – a “naturalidade” da vegetação que percorre as ruas, que penetra no interior dos quarteirões, que emerge nos parques urbanos, que se impõe no Pinhal de Marrocos e nas margens do Mondego, constituindo espaços públicos essenciais a uma efectiva experiência urbana.

A implementação do plano, iniciada em 1992, encontra-se numa fase inicial, tendo sido somente concretizados os quarteirões da área Sul, onde se ergueu o edifício da Faculdade de Ciências e Tecnologias, alguns departamentos (Engenharia Química, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Mecânica e Engenharia Informática) e uma residência universitária.

Assim, o Pólo II surge actualmente afastado não só da cidade, mas também do quotidiano da maioria dos cidadãos.

Por um lado, encontra-se isolado num território ainda marcadamente rural, não existindo uma completa interligação com os

tecidos adjacentes e com a rede viária de Coimbra. Por outro, faltam equipamentos colectivos que complementem e apoiem os estabelecimentos de ensino, cujas funções, além de muito específicas, têm utilização diurna e sazonal.

No fundo, a extensão universitária vive de uma arquitectura de referência, feita por arquitectos de referência, que coexistem com terrenos anónimos e expectantes, cortados pelo traçado viário, mas ainda não edificadas (é de notar que o plano foi organizado de forma a permitir uma construção faseada, assim como alterações programáticas e futuras expansões).

Relativamente aos espaços verdes projectados, apenas se podem mencionar os alinhamentos de árvores que vão aparecendo ao longo das ruas e os pátios ajardinados de alguns edifícios, nomeadamente os do Departamento de Informática, que se encaixam no declive do terreno, com as suas superfícies relvadas pontuadas por pequenas árvores e flores

coloridas. São pátios que interagem verdadeiramente com os espaços interiores, estabelecendo também um contacto visual com as margens do Mondego, proporcionado pela transparência dos alçados, e com a arborização da encosta, que emerge sobre os muros de contenção.

Todavia, há que ressaltar o modo como as construções se moldaram à topografia e se enquadraram na paisagem. Elas formam uma imagem forte e unitária, quando confrontadas com o perfil homogéneo do morro do Pinhal de Marrocos; uma imagem composta por volumes claros e puros, onde sobressaem embasamentos contínuos, que buscam uma relação mais fluida com a encosta, e torres ritmadas, que se elevam sobre a paisagem envolvente.

A Mata do Choupal assume um carácter particular pois, estando classificada como património nacional e sendo administrada pelo Instituto de Conservação da Natureza (ICN), é entendida como um parque urbano pela generalidade da população.

A mata, de 70 hectares, enfrenta hoje um problema de envelhecimento profundo e descaracterização progressiva do seu coberto vegetal (na verdade, os choupos são agora raros), fundamentalmente resultante da construção da Ponte-Açude e da Rede de Regadio que, entre outras consequências ambientais, contribuiu significativamente para fazer baixar o nível freático nos solos arenosos que o suportam³, condenando à morte cerca de 5 000 árvores.

Entalada entre a estrada nacional que liga à Figueira da Foz e o rio, confinando com os vastos campos do Baixo Mondego e com a entrada Norte de Coimbra, é um verde exterior à cidade, alheio aos movimentos urbanos, sendo visto como um limite, como um espaço além da cidade.

É uma das poucas zonas ecológicas sustentadas de Coimbra, com grande importância funcional no contexto dos sistemas ripícolas, sendo também habitat de diversas espécies animais. Além disso, é uma zona de protecção do ruído e de poluição, assim como de enquadramento, conferindo identidade e qualidade visual e ambiental a esta zona. Mas para além de ser um dos principais “pulmões verdes” da cidade, ela é também uma área recreativa privilegiada, particularmente para a prática desportiva, possuindo campos de jogos, circuito de manutenção, parque infantil, parques de merendas e bar, além dos Percursos da Água e da Natureza e de um Jardim de Cheiros, com uma vasta colecção de espécies aromáticas. A sua utilização está, contudo, fortemente condicionada por problemas de segurança e de acessibilidade, sobretudo pedonal, salientando-se também a ausência de estacionamento.

Presentemente tem estado em discussão uma proposta de traçado do IC2 que terá

graves consequências para este verde, já que, por exemplo, será inutilizada uma área correspondente a mais de 4 hectares, o que dificultará a ligação pedonal e ciclável à cidade. Haverá pois um grave desbaste da mata, afectando-a a nível cultural, social, ambiental, paisagístico e histórico. Por outro lado ficará ainda mais isolada, perdendo-se a ligação à cidade eternizada no verso “do Choupal até à Lapa”.

Segundo a Declaração de Impacto Ambiental “os impactos na Mata Nacional do Choupal são negativos, muito significativos e de carácter permanente, comprometendo o seu uso e diminuindo o seu reconhecido valor em todas as suas valências.” Esta questão tem sido polémica, tendo mesmo surgido um movimento de contestação à implementação desta via rápida. A verdade é que cada vez se considera menos aceitável que decisões tão lesivas sejam tomadas sem terem sido esgotadas todas as possibilidades, especialmente quando são apresentadas propostas alternativas viáveis.

Seria pelo menos desejável que, a par da construção desta infra-estrutura viária, fosse feita a requalificação da mata e criado um acesso condigno, favorecendo a articulação deste espaço verde com o tecido urbano e entendendo-o como um elemento de valorização de Coimbra.



Mata Nacional do Choupal

Como já foi referido, além de parque e jardins, outros espaços verdes urbanos se afirmam:

Algumas das quintas que outrora rodeavam Coimbra subsistem ainda, cada vez mais absorvidas pela cidade, como as históricas quintas de S. Martinho, das Canas, que integra a Lapa dos Esteios, e das Lágrimas. Embora em algumas ainda persista uma agricultura de subsistência, a verdade é que a maioria vai sendo ocupada por infra-estruturas e urbanizações, que quase nunca respeitam ou aproveitam o seu património edificado e natural.

A Quinta de S. Martinho integra actualmente dois equipamentos de ensino superior, ambos tutelados pelo Instituto Politécnico de Coimbra (IPC): a Escola Superior Agrária de Coimbra (ESCA), instalada em 1887, e o Instituto Superior de

Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), em 1996.



Quinta de S. Martinho

Da sumptuosidade da antiga quinta pouco resta para além da grande alameda que atravessa o vale e conduz à Casa do Bispo e de alguns (raros) dos elementos que a pontuavam, completamente descaracterizados ou mesmo em ruína. Junto à casa, sobressai um muro parcialmente enterrado, que terá delimitado um antigo jardim, onde

se podem observar vestígios de embrechados (conchas, flores, carantonhas de barro...).

Os terrenos férteis do Vale da Ribeira dos Covões, onde se situa, integram campos experimentais, pastagens, vinhas, pomares e matas, continuando a ter uma intensa actividade agrícola e pecuária. Na verdade, além da sua vertente pedagógica, a quinta produz bens alimentares para consumo interno e abastecimento dos serviços sociais do IPC.

Este espaço, pouco conhecido pelos cidadãos, apresenta um enorme potencial biofísico e paisagístico, que importa preservar e desenvolver, ainda mais por se encontrar numa zona com carência de espaços verdes públicos (os existentes concentram-se na margens do Mondego, em Santa Clara “monumental”).

Reconhecendo este potencial, o IPC está a desenvolver um estudo que aposta na valorização da vertente lúdico-turística e ambiental, na recuperação do edificado, na

revitalização da mata e no reforço das barreiras arbóreas, nomeadamente do lado de S. Martinho do Bispo.

A Quinta das Canas, localizada junto à Ponte Rainha Santa, na estrada das Lajes, é actualmente ocupada pela Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana (antiga Guarda Fiscal), que a adquiriu em 1979. A propriedade, que se encontrava em completo abandono, foi então totalmente recuperada, conservando a sua estrutura e carácter senhorial. Foi feita a revitalização dos espaços exteriores e o restauro do Solar, que foi ampliado e adaptado a Departamento do Comando da Corporação. Foram ainda acrescentadas diversas estruturas de apoio, como residências, armazéns, oficinas, campo polidesportivo e também uma pérgola voltada para o rio.

A Lapa dos Esteios, lugar mítico da lenda coimbrã, passou desde aí a ter acesso público condicionado, sujeito a pedido prévio.



Quinta das Canas

Futuramente, a Brigada Fiscal da GNR será transferida para novas instalações na periferia da Coimbra, libertando a Quinta das Canas, pondo-se agora o desafio de encontrar um destino relevante para a cidade e adequado à excelência do lugar.

Seria desejável que a quinta se mantivesse no domínio público, permitindo o livre usufruto dos cidadãos que, para além de apreciar o património arquitectónico, poderiam desfrutar de um sítio privilegiado

pelos jardins, pela exuberante vegetação ribeirinha e pela paisagem única sobre o rio e a cidade. Seria também interessante estabelecer a ligação entre a quinta e o Parque Verde do Mondego, que culminaria na Lapa dos Esteios.

A Quinta das Lágrimas foi transformada num hotel de luxo no final do séc. XX, permanecendo como propriedade privada e mantendo-se o uso público e independente dos espaços exteriores (restringido a um horário de funcionamento, mediante pagamento). Introduziram-se então novas valências (restaurantes, campos de golfe, piscina ...) e, já em 2004, foi construída uma nova ala, projectada pelo Arquitecto Gonçalo Byrne (que, além de quartos, alberga um centro de reuniões e um *spa*). O novo edifício apresenta linhas neutras, depuradas e limpas, que criam um sóbrio contraste com as construções preexistentes. Liga-se ao solar através de uma estrutura dinâmica que se assemelha a um comboio descarrilado,

cujas carruagens desfasadas, ao mesmo tempo que criam um percurso contínuo, permitem observar e aceder ao exterior.



Quinta das Lágrimas

Em 2006, a Arquitecta Paisagista Cristina Castel-Branco iniciou um processo de renovação dos jardins (entretanto doados à Fundação Inês de Castro), que compreendeu o restauro dos canais do lagar e dos muros da mata, a replantação de vegetação, incluindo algumas espécies raras, e a recriação de um Jardim Medieval, um projecto interessante do ponto de vista histórico e pedagógico.

No ano seguinte, a Fundação Inês de Castro promoveu a criação da Colina de Camões, implantada na área situada entre o edifício de Gonçalo Byrne e a mata centenária que envolve a quinta, dialogando com a Fontes das Lágrimas e o com grande tanque seiscentista, assim como com a Fonte dos Amores e com o jardim romântico.

O projecto, desenvolvido por Cristina Castel-Branco, centrou-se em dois aspectos fundamentais: resolver o grave problema de inundações existente, provocado pelas nascentes de água da mata, e, simultaneamente, *“preservar a beleza,*

assegurar a amenidade do jardim das Lágrimas, evidenciar duas sequóias plantadas por volta de 1810, e já com mais de 40 metros, respeitar o antigo canal do lagar, deixando correr a água como há quatro séculos”. A autora, pretendeu também *“criar um grande espaço a céu aberto onde se pudesse fazer música no Verão, com bons intérpretes, bons compositores, e um cenário de árvores, água e prado que, num só momento, se possam conjugar o gosto pela música e o gosto pela natureza”* (Cristina Castel-Branco, Arquitectura e vida)

Assim, foi criado um escultórico anfiteatro, composto por taludes revestidos de relva, que modelam subtilmente a encosta da colina, emoldurada pelo alto arvoredor. As bancadas são formadas por blocos descontínuos de pedra branca, que poisam graciosamente sobre o terreno. Este elemento proporciona uma inesperada vista sobre Coimbra, outrora escondida por uma alta cortina de árvores.

Em frente ao anfiteatro, no centro do conjunto, surge um lago redondo que, espelhando a paisagem envolvente (as árvores, as bancadas, o palco), constitui o principal foco do jardim. O lago recolhe água da nascente das Lágrimas, por gravidade, guiando-a depois para o canal do lagar (o mesmo princípio do sistema hidráulico instalado no séc. XVIII) – *“ecologicamente nada se perde, esteticamente muito se ganha”*⁴.

O projecto da Colina de Camões (recentemente inaugurada) utilizou uma linguagem totalmente contemporânea num lugar carregado de história, estabelecendo um harmonioso diálogo entre as intervenções actuais e os lugares de memória que o identificam, preservando toda a sua atmosfera de romantismo e mistério.

A Quinta das Lágrimas, que se encontrava fragmentada, adquiriu uma nova unidade. No entanto, a continuidade física entre os espaços exteriores – o jardim

Romântico, o jardim de bambus, o jardim medieval, a fonte dos Amores e das Lágrimas, a mata centenária – é quebrada por uma tenda e por uma vedação, que aparentemente separa a área de uso público da área restrita do hotel.

Citando Cristina Castel-Branco, *“realmente uma arte que tem vida não pode bastar-se com a fácil e temerosa solução de reproduzir o passado, deve homenageá-lo com a contemporaneidade que o passado já teve. O anfiteatro fechou assim um ciclo de sete séculos de jardins”*⁵.

Progressivamente, a quinta tem vindo a assumir-se como um verdadeiro jardim urbano, de recreio, descanso, passeio e cultura. Além disso, articula-se com outros espaços de interesse cultural e paisagístico, sobretudo com o Portugal dos Pequenitos e o Convento de Santa Clara-a-Velha. O arranjo dos espaços e acessos poderia incrementar ainda mais essa ligação.

Coimbra permanece também pontuada por espaços ajardinados de claustros e

pátios interiores de igrejas, conventos, colégios e edifícios universitários, não só das grandes massas estado-novistas da Alta, mas também das contemporâneas faculdades do Pólo II (numa espécie de continuidade tipológica) – construções que permanecem como *“elementos primários na leitura da cidade”*, tanto pela sua conotação histórica e simbólica, quanto pela sua dimensão e localização privilegiada. Alguns sofreram alterações ou acrescentos, tendo a sua componente verde sido perdida ou adulterada; outros mantiveram-se praticamente inalterados, como o Claustro do Convento de Santa Clara-a-Nova ou o Claustro do Silêncio do Convento de Santa Cruz, que constituem grandes atracções religiosas e turísticas da cidade. Existe ainda o curioso exemplo do Claustro da Sé Velha, onde foi recriado um jardim bíblico.

Na cidade, vários equipamentos colectivos e instituições, públicas e privadas,

integram espaços verdes, que permitem proteger e enquadrar o construído, além de prolongar ou complementar as suas funções. Muitos deles estão associados a antigos conventos ou a outros edifícios nobres, de valor patrimonial, correspondendo, frequentemente, a reminiscências de velhas cercas e quintas. Disso são exemplo a Penitenciária, o Seminário Maior, o Convento de Santa Teresa ou o Hospital Militar, instalado no Convento de S. José dos Marianos. Outros, de construção mais recente, ligam-se sobretudo a equipamentos desportivos, de saúde, ensino e cultura, destacando-se, especialmente pela dimensão, os estádios universitário e municipal e o Centro Hípico de Coimbra, contíguo à Mata do Choupal, os pólos hospitalares dos Covões e da Universidade de Coimbra, o Observatório Astronómico, implantado em Santa Clara, assim como o cemitério da Conchada ou o novo Parque de Campismo.

Também nesta “tipologia” de verdes se podem enquadrar o Jardim da Associação

Académica e as quintas das Canas e de S. Martinho.

Na verdade, são inúmeros os verdes privados que se escondem dentro de um tecido urbano cuja densidade é, muitas vezes, apenas induzida pela topografia acidentada. Neste aspecto, sobressai claramente a colina da Alta que, preservando um carácter medieval, transmite uma imagem de quase ruralidade – até hoje permanecem pequenos recintos verdes que se erguem sobre o declive do terreno, que se fecham na irregularidade dos quarteirões, que se adivinham pela vegetação que se eleva e se debruça sobre altos muros, espreitando as ruas serpenteantes.

Mas os exemplos são múltiplos: os jardins das moradias burguesas dos bairros de Santa Cruz, da Cumeada ou do Penedo da Saudade; os logradouros das “casas

portuguesas” dos bairros sociais do período estado-novista, nomeadamente do Bairro Norton de Matos; os quintais (por vezes, com terrenos agrícolas anexos) de residências de carácter rural, em antigos aglomerados periféricos que foram ou estão a ser envolvidos pelo tecido urbano, como no caso de Vila Franca; os espaços verdes das novas habitações unifamiliares que proliferam na margem esquerda, na zona Norte, nas encostas Nascente da cidade e que, muitas vezes, continuam a seguir a tradição do pequeno jardim em frente à casa, do quintal das traseiras, da horta e pomar associados...

É ainda de referir as muitas ruas percorridas por alinhamentos de árvores que, apesar de não serem em si mesmos geradores de espaço, permitem caracterizar e qualificar a malha urbana, dando-lhe conforto ambiental e visual. Destacam-se as grandes avenidas oitocentistas, pela densidade do seu arvoredo: as avenidas Júlio Henriques, Sá da Bandeira e Emídio Navarro.

Existem também canteiros ou superfícies verdes que emergem em praças, largos e passeios, como os canteiros formais do Largo da Portagem; que estabelecem ligação ou transição entre construções e vias de circulação, como os relvados que ladeiam o Aqueduto de S. Sebastião; ou que se constituem como logradouros de habitações colectivas, como no Bairro da Solum. São espaços não “percorriáveis”, não habitáveis, mas que têm um propósito e que fazem parte integrante da malha urbana.

Nas novas áreas urbanas, porém, proliferam superfícies relvadas que, preenchendo os resíduos de tecidos desarticulados, continuam a sentir-se como meros espaços sobrantes, sem significado ou função aparente. São apenas espaços pretensamente verdes, meros espaços ocupados por relva, incapazes de fomentar a experiência colectiva. A verdade é que nas últimas décadas se verifica uma tendência para o uso impreciso dos espaços públicos; uma indefinição entre propriedade pública ou privada, associada à habitação ou ao

comércio, de utilização pedonal ou automóvel (o espaço pedonal é muitas vezes invadido pelo automóvel), que pode acabar por conduzir ao abandono e, assim, à formação de rupturas espaciais que acentuam a imagem fragmentada da cidade.

Desta análise, pode constatar-se que o modo como os verdes urbanos se integram na cidade está profundamente ligada à sua origem, sendo de notar que os “jardins históricos” revelam, de um modo mais ou menos evidente, um afastamento da cidade e da vida quotidiana.

Este facto decorre de uma profunda herança histórica e simbólica, de uma persistência morfológica e estrutural, tipológica e programática, que entra hoje em confronto com as transformações constantes da cidade contemporânea. Trata-se de lugares de memória de outras épocas, e de outros usos, que assistiram, e resistiram, ao

incansável crescimento de Coimbra, que os foi cercando, mas que quase sempre os encarou sob um ponto de vista “*meramente histórico, ou seja, apenas como um testemunho e não como uma realidade, opção ou variável do presente*”⁶. Está aqui patente uma noção de património a conservar, restaurar ou reabilitar que, geralmente, não deixa margem para a inovação. Apreciados pelo seu valor histórico, fica muitas vezes esquecido o seu valor enquanto espaço público. É uma perspectiva que tem acabado por conduzir a um progressivo alheamento e não a uma captação, a uma integração que permita um efectivo usufruto destes lugares.

Por conseguinte, ao intervir nos espaços verdes existentes, é importante perceber o que deve, de facto, ser preservado, pela importância do seu significado nos referenciais comunitários de identidade⁷, e o que, pelo contrário, é passível de ser alterado e adaptado à mentalidade, aos hábitos e ao estilo de vida do presente.

Este conceito foi, na verdade, claramente exposto no anteprojecto de arranjo e remodelação do Parque de Santa Cruz de António Viana Barreto que, apesar de realizado há quase 50 anos, se mantém completamente actual e (até) inovador no panorama de Coimbra: a proposta, mais do que respeitar, soube enaltecer a identidade histórica do jardim, assumindo-o como um verdadeiro equipamento colectivo e central.

Outro exemplo, desta vez concretizado, é o da reinterpretação histórica dos espaços exteriores da Quinta das Lágrimas, como foi dito, promovida por uma instituição privada, num espaço privado e que, portanto, apresenta certas condicionantes de usufruto e decorrentes do seu aproveitamento turístico.

Relativamente a espaços verdes urbanos públicos, além de raras intervenções de

restauro, pouco mais tem sido feito. Só actualmente, no início do séc. XXI, se começa, timidamente, a entender e valorizar as imensas potencialidades destes verdes, até agora manifestamente desprezados e subaproveitados.

Efectivamente, é nos novos parques urbanos que se verifica uma maior intensidade e frequência de uso. Fruto de novas tendências paisagísticas, urbanísticas e arquitectónicas, estes espaços afirmam-se pela diversidade de funções que oferecem, e que procuram responder às necessidades da sociedade actual; pelas continuidades que conseguem estabelecer na malha urbana e pelas possibilidades de conexão que daí decorrem; pela grande acessibilidade, sobretudo automóvel, que os caracteriza. Continuam, porém, a ser verdes formais, tal como os pré-existentes, e permanecem como intervenções pontuais,

quando confrontadas com a escala do território urbano de Coimbra. Na verdade, os *verdes contemporâneos* concretizados parecem resultar mais do aproveitamento de “vazios urbanos” do que de um planeamento ou de uma “estratégia verde” global e integrada, embora reflectindo orientações urbanísticas clara e rigidamente expressas no PDM.

De qualquer modo, os parques e jardins da cidade concentram-se na zona central, verificando-se uma manifesta carência de espaços verdes equipados e de uso público nas restantes áreas urbanas, particularmente na margem esquerda do Mondego. Acima de tudo, faltam espaços verdes públicos de proximidade, que promovam (verdadeiras) relações de vizinhança.

Espaços verdes não urbanos

Os *verdes não urbanos* são gerados pelo próprio ordenamento urbano e decorrem de lógicas de ocupação profundamente determinadas pelas características naturais de Coimbra.

A cidade, procurando uma fácil adaptação aos acidentes do território, expandiu-se fundamentalmente por vales, festos e bases de colinas, aventurando-se também por encostas “praticáveis”, de modo a manter a proximidade de infra-estruturas e equipamentos – de facto, as linhas dominantes do relevo correspondem às linhas estruturantes do tecido urbano⁸. Trata-se de um crescimento sobretudo linear, desenvolvido ao longo dos eixos viários, que foi contornando e deixando desocupados os relevos acidentados, que dificultam ou impossibilitam a exploração, e

que foi afastando as férteis margens do Mondego, constantemente fustigadas pela incerteza e pela violência das cheias.

Esta dinâmica, que caracteriza a evolução morfológica de Coimbra desde a sua fundação, foi extraordinariamente acentuada pela explosão geográfica da cidade e dos eixos viários. Nas últimas décadas, e mesmo com a implementação do PDM, introduziram-se novas fragmentações e descontinuidades na cidade, que conduziram a um considerável incremento dos “vazios urbanos”. Os *verdes não urbanos* encontram-se, assim, geralmente associados a barreiras naturais ou criadas pelo crescimento urbano, nomeadamente pelas infra-estruturas de comunicação.

Mas existe outro aspecto a considerar: a persistência de quintas e cercas

conventuais, propriedades privadas de carácter agrícola que tiveram (e continuam a ter) uma importância decisiva no desenvolvimento da cidade, pelo modo como restringiram e, simultaneamente, potenciaram a sua expansão – os tecidos que se estendem além do centro histórico, tal como os grandes espaços verdes da cidade, derivam da ocupação sistemática destes territórios.

Deste modo, muitos dos *verdes não urbanos* de Coimbra correspondem a áreas pertencentes a quintas e cercas conventuais, que foram resistindo à invasão da cidade, mas cuja exploração foi abandonada. Algumas coincidem com grandes relevos; outras, ocupando terrenos favoráveis, encontram-se expectantes, mas é fácil prever a sua invasão pela cidade.

Em plena cidade consolidada, surgem diversos verdes residuais, ocupando topografias difíceis que foram continuamente ignoradas pela expansão urbana. Alguns subsistem há séculos, pelo que fazem parte integrante da imagem de Coimbra, assumindo-se como referências na sua malha. É o caso da “Mata de Montes Claros”, da colina da Conchada e da encosta da Rua da Sofia, além das vertentes da Alta, que podem já ser consideradas como “vazios urbanos” históricos.

A grande “Mata de Montes Claros” ocupa os terrenos de uma velha quinta, implantados num pequeno vale formado por um afluente da Ribeira de Vale Meão. Marginada pelos bairros de Montes Claros, Conchada e Celas e por uma urbanização mais recente que se estende ao longo da cumeada da colina, apresenta ainda casas de quinta que relembram a exploração agrícola do passado.

Apesar de definida como zona verde de uso público pelo PDM, está prevista a construção de uma via ao longo do percurso da ribeira, unindo Celas à circular interna, no Vale Meão (com ligações a Montes Claros e ao Largo da Conchada) – uma infraestrutura que tenderá a ser urbanizada, destruindo, retalhando, fechando a mancha verde. A mata ficará então reduzida a alguns espaços intersticiais, em lugar do novo e desejado equipamento verde previsto, que serviria os bairros limítrofes, articulando-se com as encostas arborizadas do Vale Meão.



Mata de Montes Claros

A colina da Conchada é caracterizada por vertentes arborizadas extremamente abruptas revestidas por mata densa, totalmente inacessíveis e inexploráveis, que concedem um recatado isolamento e uma certa monumentalidade, ao cemitério municipal. É circundada por grandes traçados viários: a Rua de Aveiro, o nó da Casa do Sal e a via que se estende no Vale de Coselhas, onde se erguem novos blocos de habitação, que têm progressivamente cortado a sua encosta Norte.

A encosta delimitada pela frente Este da Rua da Sofia e pela Rua de Aveiro integra terrenos, de vegetação pouco densa, que outrora pertenceram às cercas dos colégios renascentistas, a que ainda hoje estão associados.

Os edifícios, que se encontram bastante alterados e degradados (quer a nível físico, quer relativamente à sua vivência), apresentam hoje programas distintos da sua função original (o ensino universitário),

assim como diferentes regimes propriedade: o Colégio de S. Bernardo, transformado num palacete no séc. XIX, acabou por ser apropriado para habitações particulares; o Colégio do Carmo alberga o Hospital Asilo da Ordem Terceira; o Colégio da Graça foi ocupado pelo Exército (o Ministério da Defesa é um dos maiores, senão mesmo o maior detentor de edifícios públicos de valor patrimonial na cidade de Coimbra), existindo também uma parte pertencente à Universidade de Coimbra; o Colégio de S. Pedro está ligado à Casa de Saúde de Coimbra e Asilo da Mendicidade. No entanto, estas funções não se prolongam para o espaço exterior, que parece não ter uso definido ou estar mesmo abandonado, embora existam alguns percursos e construções.

A encosta da Rua da Sofia permite suportar e desencadear novas formas de urbanidade, vivificando e qualificando a área onde se insere. Pode oferecer um espaço público de descompressão, um refúgio que se contraponha à circulação permanente de

vias e largos pedonais, contribuindo para inverter a perda de função habitacional, a crise do comércio tradicional e a incapacidade de atracção de actividades culturais da Baixa de Coimbra, assim como apoiar o turismo crescente. A intervenção nos terrenos livres da Rua da Sofia ganharia outro sentido com a requalificação dos edifícios dos antigos colégios, cujo valor histórico e arquitectónico parece estar tão esquecido pelas autoridades quanto ser desconhecido pela generalidade da população. Também aqui existem potencialidades de conexão, sobretudo com o Bairro da Conchada, mas também com o nó da Casa do Sal e com o Vale de Coselhas, através da quase deserta Rua de Aveiro – uma conexão mais confortável do que a íngreme Ladeira do Carmo. Poderia ainda articular-se com o Jardim da Cerca de S. Bernardo e o Pátio da Inquisição, unificando todo o conjunto.

O complexo da Rua da Sofia, de resto, tem sido objecto de várias ideias, estudos e projectos de reabilitação que, no entanto,

nunca foram postos em prática. É o caso do “Estudo Urbanístico da Encosta da Rua da Sofia/Rua de Aveiro”, elaborado pelos serviços municipais e aprovado em 1997. Entre as propostas constantes neste documento, salienta-se a transformação dos claustros em espaços de encontro, a abertura de uma via/plataforma a meia encosta para tornar acessíveis as traseiras dos colégios e constituir um miradouro sobre a Baixa, a instalação de um ascensor mecânico de ligação entre a Baixa a Conchada e a construção de novos edifícios que pudessem funcionar como muros de suporte.

As encostas da Alta, de difícil topografia, estão ainda hoje ocupadas pelo que resta de antigas cercas religiosas, os únicos grandes verdes desta zona histórica. São espaços que apresentam grande potencial para se tornarem parques urbanos e assim colmatar a carência de verdes públicos da Alta, apesar dos seus numerosos verdes privados.

A chamada Cerca de S. Jerónimo ou Mata dos Jesuítas situa-se na vertente Nordeste da Alta, estendendo-se desde as Escadas Monumentais até ao cimo da Rua Padre António Vieira. Completamente envolvida pelo tecido consolidado, ergue-se como elemento de união, ou separação, entre a colina e a malha oitocentista – como um “embasamento” verde que engrandece o edificado do planalto. Encontram-se intimamente ligadas à Alta universitária (aos antigos colégios, às Escadas Monumentais, ao complexo da Associação Académica, ao Edifício das Caldeiras), uma relação confirmada pelo percurso que actualmente a atravessa (e que é bastante utilizado), pontuado por algumas construções avulsas (com funções ligadas à universidade).

Para esta área existem projectos (os projectos de reconversão da Alta universitária e de qualificação do Jardim na Cerca São Jerónimo”, integrado no Programa de Acção “Cidade Univer(sc)idade – Regenerar e Revitalizar o Centro Histórico de Coimbra”) que pretendem a constituição

de um parque urbano em declive de transição entre a Universidade e a cidade baixa. Neste sentido, propõe-se a criação de um sistema de percursos de ascensão e atravessamento, rápidos e lentos, mecânicos e pedonais. Foi também proposta (no plano de reconversão do Pólo I) a integração de alguns equipamentos de apoio à Universidade: novas cantinas e residências. De qualquer modo, a topografia não deverá sofrer grandes alterações, sendo mantida a homogeneidade e clareza da mancha verde, em articulação com o jardim da Associação Académica e com o renovado Edifício das Caldeiras.

A concretização destas propostas, além de aumentar a diversidade funcional da zona, permitirá aproximar a cidade da Universidade, proporcionando um acesso agradável e sem barreiras arquitectónicas, alternativo às Escadas Monumentais.

Na vertente Norte, surge a antiga Cerca de Santo Agostinho ou da Misericórdia, debruçada sobre a Avenida Sá da Bandeira

e encimada pelo alto, contínuo e degradado casario da Couraça dos Apóstolos. É constituída por terraços arborizados (aparentam ser sobretudo árvores de fruto, árvores de sombra, havendo também alguma vegetação rasteira), suportados por muros de pedra, de modo a vencer a topografia. Trata-se pois de um espaço contido, isolado da malha urbana (pelo casario, pelos muros, pela topografia), existindo apenas um discreto acesso à cota alta.

É um lugar com inegáveis possibilidades para ser transformado num agradável espaço verde de permanência (um jardim, um miradouro, uma esplanada), sem ser necessário destruir a sua identidade e carácter (os socalcos, o tipo de vegetação, o edificado), faltando somente criar algumas estruturas de apoio (bancos, instalações sanitárias, bar...), além de ligações confortáveis entre os patamares e com as ruas limítrofes. A presença do elevador do mercado, que remata o espaço a Este, facilitará o acesso a partir da Baixa.

De salientar que, no âmbito do Programa de Acção “Cidade Univer(sc)idade – Regenerar e Revitalizar o Centro Histórico de Coimbra”, está prevista a sua requalificação como jardim público, para usufruto da população da Alta, que não dispõe de qualquer outro espaço com estas características e dimensões. A intervenção compreende também a recuperação da capela e da casa de fresco aí existentes, assim como a construção de um bar/restaurante, de um lar de idosos e de um estacionamento automóvel.

É, contudo, nos espaços marginais da chamada cidade difusa que se situam os grandes *verdes não urbanos*, que, apesar de ainda não totalmente envolvidos pela cidade, são submetidos às constantes pressões da dispersão territorial.

Encontram-se em áreas ainda sem estabilidade estrutural completa, que se

afirmam já como centralidades, mas cuja ocupação desregrada originou “vazios”, alguns ainda produtivos, como no Vale das Flores; em áreas em plena mutação, sem identidade definida, onde coexistem conjuntos rurais com novas urbanizações e equipamentos, e onde surgem terrenos fragmentados por operações de loteamento mas ainda não edificadas, tal como sucede na Casa Branca e na zona Sul de Coimbra; ou em áreas que permanecem marcadamente rurais, atingindo vastas manchas da margem esquerda e da zona Norte.

Entre as grandes topografias destaca-se o morro do Pinhal de Marrocos, que se eleva entre a desordem do Vale das Flores e a nova área de expansão a Sul da cidade, e as encostas profusamente arborizadas do Vale de Coselhas e do Vale Meão, delimitadas pelas circulares interna e externa, que formam um gigantesco interregno entre a malha da cidade e o tecido peri-urbano, e até rural, que se

ramifica pelas vertentes além das vias rápidas.



Pinhal de Marrocos, vista do Penedo da Saudade



Vale de Coselhas, vista do Penedo da Meditação

Nas margens do rio Mondego, além das frentes construídas e dos parques formais, persistem as velhas casas de quinta, os campos agrícolas, as margens férteis, produtivas, com os seus pitorescos laranjais geométricos, e olivais, e galeria ripícola, com a sua extraordinária escala e densidade. Uma extensa paisagem rural isolada do espaço urbano pelas barreiras que se foram erguendo e que, incongruentemente, se continuam a erguer – o caminho-de-ferro, o velho eixo industrial, as vias rápidas.

As infra-estruturas de comunicação impõem, de facto, grandes rupturas na malha urbana, particularmente perceptíveis ao longo do traçado dos eixos viários de circulação rápida. Revelando incapacidade de se relacionar com o espaço onde se inserem, acabam por criar extensos espaços intersticiais, sem função nem significado – interstícios entre vias, entre vias e cidade e entre vias e espaço rural.

Estas grandes infra-estruturas, ocupando sempre os relevos mais favoráveis, sobretudo linhas de vale, aproveitam artérias preexistentes e abrem novos eixos e avenidas. Atravessam centralidades em pleno desenvolvimento e invadem áreas marginais, dominadas pela força da topografia e pela intensidade do seu manto verde. São pontuadas por novas urbanizações residenciais e grandes equipamentos e ladeadas por conjuntos de carácter ainda rural.



Avenida Elísio de Moura

Os relevos que marginam estes eixos (como na Avenida Elísio de Moura, por exemplo) têm vindo a ser progressivamente cortados para erguer novos blocos residenciais, obrigando à construção de agressivos muros de contenção; são blocos que acabam por nem se relacionar entre si, nem com as edificações preexistentes, nem com as vias, nem com os espaços livres adjacentes.

O Vale de Coselhas é também fortemente condicionado pela densidade da circular ao longo da qual se dispersam edificações desconexas (no troço mais a jusante) – antigas casas rurais, algumas unidades industriais, novas urbanizações residenciais e novos equipamentos. Esta zona, no entanto, possui ainda uma orografia muito particular – o extenso vale, sulcado pela esquecida Ribeira de Coselhas, as encostas abruptas, a vegetação intensa e diversificada... Apresenta solos de elevada aptidão agrícola (alguns integrados na RAN), assim como algumas zonas inundáveis –

pelo que constitui um corredor ecológico de destaque nesta área.

São áreas marcadas por profundas assimetrias na ocupação do território, rupturas de escala, densidade e tipologias de construção e confrontos entre circulação pedonal e tráfego automóvel, tal como por uma grande diversidade geográfica e paisagística.

Também a linha da Lousã, acompanhada pela antiga estrada da Beira (EN17), é ladeada por numerosos espaços intersticiais, sobretudo nas zonas da Casa Branca, da Solum e da Arregaça. Aí, abre-se um enorme "vazio urbano", ocupado por matas, matos, pastagens naturais e áreas cultivadas, hortas e pomares, associados a velhas casas rurais, que lhe conferem um carácter de acentuada ruralidade, remanescente da sua ocupação anterior.

Esta persistência decorre de variados factores, nomeadamente a presença de

duas grandes infra-estruturas de comunicação e o grande crescimento da cidade para Sul, realizado a partir dos anos 40 e, sobretudo, nas últimas décadas: a ocupação ao longo da estrada da Beira (Rua do Brasil), "travada" pela linha da Lousã; a construção dos bairros Norton de Matos e da Fonte do Castanheiro; a expansão mais recente a partir da via marginal ao Mondego, de ligação ao Vale das Flores.

Para este espaço está a ser elaborado um Plano de Pormenor que visa a sua requalificação e valorização, urbanística e ambiental. O estudo prevê a criação de um parque urbano na zona do vale (tal como indicado no PDM), que incorporará os equipamentos desportivos existentes (do Clube de Ténis e do União de Coimbra) e que estabelecerá ligação com o Parque Verde do Mondego. Esta ligação será favorecida pelo encerramento da Fábrica de Porcelanas aqui instalada (uma unidade industrial obsoleta, de grandes dimensões), que deverá acolher funções compatíveis com o futuro "Parque Urbano da Arregaça".

Pretende também a articulação com o tecido urbano envolvente e com novas acessibilidades: a criação de percursos pedonais, a inserção do metro ligeiro de superfície e a extensão da Avenida da Lousã até ao Calhabé. É ainda proposta uma estrutura edificada composta por tipologias de habitação colectiva, comércio, equipamentos colectivos e serviços.

A linha de água que atravessa o vale (e o Parque Verde, desaguando no Mondego) deverá ser recuperada. Seria igualmente interessante considerar a manutenção de hortas urbanas, que constituem uma mais-valia do ponto de vista ambiental e social, para além de manterem a ligação ao passado.

O Vale da Arregaça é, presentemente, um espaço "enclausurado" entre áreas urbanas distintas que se foram desenvolvendo e que, na ausência de planeamento global, continuarão a expandir-se até eventualmente "chocarem" – uma situação que já ocorreu no caótico Bairro de

Celas, por exemplo. Seria importante, então, definir um lugar aberto que controle e absorva o crescimento destas malhas díspares, criando novas frentes de urbanidade. Trata-se de um possível pólo verde de irradiação e de conexão, que pode ser prolongado, ao longo da linha do metro – uma nova frente de urbanidade –, até à Solum, preenchendo os espaços intersticiais gerados pelos dois grandes eixos de comunicação

Pode afirmar-se que os *verdes não urbanos* são sempre espaços desvalorizados, pois tendem a ser encarados sob um ponto de vista essencialmente economicista e funcionalista, ligado às possibilidades de exploração urbana eficaz e rentável ou às capacidades de gerar crescimento urbano.

Por um lado, são vistos como oportunidades de “preenchimento”,

acabando muitas vezes por resultar em construções isoladas, com grandes superfícies relvadas que não podem ser habitadas, nem percorridas, nem usufruídas.

Por outro, são considerados como improdutivos, uma noção que tem conduzido a um abandono: são espaços que tendem a ser progressivamente fechados por um crescimento urbano que os ignora, que lhes volta as costas, que os deseja suprimir. Constantemente pressionados pelo meio envolvente, acabam por ficar isolados na malha citadina, o que é perceptível nos grandes relevos da cidade consolidada.

No entanto, os *verdes não urbanos*, quando globalmente apreendidos, representam uma oportunidade única de reestruturação, renovação e requalificação da cidade.

São espaços livres disponíveis e, muitas vezes, estrategicamente localizados; espaços de encontro entre realidades

urbanas diversas, que estabelecem relações particulares entre si e com tecido edificado.

Permitem, assim, criar novas mobilidades e continuidades na malha de Coimbra e gerar novos usos e vivências no seu quotidiano, contribuindo para uma maior coesão, harmonia e equilíbrio entre a cidade histórica e os novos centros urbanos.

Mas são também espaços de memória de outras ocupações que, consciente ou inconscientemente, fazem parte do imaginário colectivo. São marcos naturais que se assumem como referências urbanas, rasgos de naturalidade que influem positivamente na qualidade ambiental da cidade, refúgios para uma diversidade biológica que não encontra outro lugar, momentos de pausa, de descompressão e de desafogo na densidade urbana, tempo para a inscrição das gerações futuras.

Deste modo, *“preservar, gerir, reciclar os terrenos vagos, os espaços residuais da cidade, não pode ser simplesmente reordená-los para que se reintegrem na*

trama eficiente e produtiva da cidade, cancelando os seus valores de vazio e ausência. Pelo contrário, é este vazio e ausência que deve ser salvo a todo o custo, que deve marcar a diferença entre o federal bulldozer e as aproximações sensíveis a estes lugares de memória e ambiguidade”⁹.

É importante encontrar um equilíbrio entre o “preenchimento”, no sentido de fomentar um aproveitamento integrado e coerente, e a preservação da condição de “vazio”, entendida como um indispensável contraponto ao meio urbano. Está aqui implícita a necessidade de reconhecer, aceitar e captar estes lugares, integrando-os no ordenamento da cidade através de um planeamento estratégico que combine desenho urbano, arquitectura e arquitectura paisagista e que articule processos de natureza económica, social e ecológica.

Trata-se, no fundo, de salvaguardar a liberdade de evolução inerente a estes *verdes não urbanos*, assumindo-os, não como rupturas improdutivas ou

abandonadas, como áreas sagradas ou proibidas, como bens patrimoniais ou modelos inalteráveis, mas simplesmente como espaços comuns do futuro¹⁰.

¹ Campinos, Rui, *Estrutura verde de Coimbra*, Divisão do Plano Director Municipal, Câmara Municipal de Coimbra, Abril de 1989

² Costa Alexandre Alves, Fernandez, Sergio, “Sereia” ecdg 6.7, 2003

³ Correia, Fernando, Farinha, Nuno, *Coimbra - Parques e Jardins*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 2001, p. 66

⁴ Castel-Branco, Cristina, “A Colina de Camões”, *Arquitectura e vida*, nº 97, Outubro 2008

⁵ Idem

⁶ Rossa, Walter, “Cidade: o sonho de Nero, o desenho, o comércio tradicional e outras provocações expressas de forma desordenada”, in ecdj 3, Novembro 2000

⁷ Idem

⁸ Telles, Gonçalo Ribeiro (coordenação), *Plano Verde de Lisboa – Componente do Plano Director Municipal de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa, 1997, p. 46

⁹ Solà-Morales, Ignasi, “Terrain Vague”, COL·LEGI d'Arquitectes de Catalunya, *Presente y futuros: arquitectura en las ciudades*, Comité d'Organització del Congrés UIA Barcelona 96, Barcelona, 1996, p. 23

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas quatro décadas, Coimbra foi marcada por elevado crescimento populacional e urbano, por um planeamento quase inexistente que foi incapaz de controlar as modificações da paisagem, em termos de qualidade ambiental e cultural.

A cidade sofreu um processo de mutação súbita, que criou rupturas nos seus “*mecanismos de hereditariedade*”¹: dispersa, descontínua e fragmentada, estrutura-se por agressivos eixos viários, em função da mobilidade e da velocidade, do anular das distâncias, cada vez maiores. Apresenta uma ocupação desregrada e inteligível, carente de organização programática e espacial, onde não existe lugar para as vivências sociais, verificando-se uma total falta de atenção para com o espaço público.

Este tipo de organização coaduna-se com uma forma de habitar facilitada pela inserção da tecnologia na vida urbana e pela rapidez

dos transportes, numa completa submissão ao automóvel, que se sobrepõe esmagadoramente ao peão. É, também, reflexo do individualismo e do desejo de lucro imediato, que leva a intervenções que respondem mais aos interesses financeiros dos promotores do que às necessidades colectivas da população.

Na verdade, o tecido urbano de Coimbra resulta sobretudo de operações isoladas, desarticuladas e incoerentes, sem um conceito de estrutura que os integre e hierarquize e sem qualquer respeito pelas pré-existências físicas, culturais e ecológicas, surgindo, assim, ambientes extremamente artificiais, afastados dos fenómenos naturais.

Assiste-se também à formação de um enorme fosso entre cidade e campo, que se manifesta a nível espacial e ecológico, assim como na disparidade de modos de vida, reflectindo-se na paisagem sob a forma de violentos seccionamentos e da degradação das suas estruturas fundamentais, com a consequente delapidação de recursos

insubstituíveis, provocada pela implantação caótica das actividades humanas. É um facto que conduz a uma perda cada vez maior da consciência de que a vida humana depende da inter-relação com as mais diversas formas de vida, incluindo a biológica que, por sua vez, depende do equilíbrio ecológico de determinada paisagem².

Consequentemente, a qualidade de vida tende a deteriorar-se: pelo excesso de trânsito, pela falta de tempo, pela degradação da qualidade do meio ambiente, pelo progressivo distanciamento dos habitantes em relação à natureza..., provocando uma perda de identidade que cria sentimentos de vazio, de ausência, de estranheza, de não pertença.

O território urbano reflecte, assim, a rapidez de evolução, transformação e inovação, o fluxo constante de pensamentos, ideias e

informação que marca a sociedade actual. Mas novos valores e anseios vão emergindo: começa a sentir-se uma nostalgia do passado, da cidade tradicional; uma necessidade de ligação à história, à memória, à tradição, às simbologias. De facto, a par com uma preocupação com as questões ambientais, cresce um pessimismo face à experiência da grande cidade, caracterizado pela busca de espaços de refúgio, de afirmação de identidade, de contacto íntimo com a natureza, como contrapontos a uma cidade conturbada, agressiva, anónima. Tal como referiu Ignasi Solà-Morales, *“a nossa cultura pós industrial reclama espaços de liberdade, de indefinição e de improdutividade (...) ligados à experiência da memória, na romântica fascinação pelo passado ausente como arma crítica frente ao presente banal e produtivista”*³.

A intervenção na paisagem urbana terá, então, de gerir o confronto entre conceitos como fluxo e permanência, transformação e

preservação, renovação e história, pois *“apenas uma igual atenção aos valores da inovação e aos valores da memória e da ausência será capaz de manter viva a confiança numa vida urbana complexa e plural”*⁴.

É imprescindível manter dinâmicas de adaptação que respondam às exigências de uma sociedade em constante transformação, preservando as características que distinguem e identificam não só a cidade, mas os próprios cidadãos.

Para isso, torna-se necessário criar estruturas, geradoras de espaço e de dinâmicas espaciais, que organizem os rápidos processos evolutivos da cidade contemporânea, evitando a formação de rupturas, mutações ou mesmo extinções; criar estruturas abertas, flexíveis e interactivas que assumam a imprevisibilidade do planeamento urbano como algo inerente à relação entre os cidadãos, a cidade e o sistema natural que a suporta, integrando e protegendo os sistemas

ecológicos fundamentais à sustentabilidade do território. Devem também realizar-se intervenções urbanas complementares, equilibradoras e qualificadoras, que aceitem e incluam as pré-existências de forma realista, positiva e conciliadora; introduzindo propostas inventivas, nascidas da reflexão e da capacidade de intuir, desenhar e olhar criticamente a cidade, tal como modelos e tipologias consagrados pela história, para definir uma cidade reconhecível e pertencente à urbe que a precede.

Neste sentido, pode dizer-se que o verde se afirma *“como um modelo e um meio da cidade contemporânea. Esta ideia decorre da condição de transformação e transição estar implícita na definição de paisagem, constituindo um meio com a capacidade única de dinâmica temporal, transformação, adaptação e evolução com analogias evidentes às exigências implícitas nos processos de urbanidade contemporâneos”*.

É, na verdade, essencial apreender os espaços verdes de Coimbra de uma perspectiva global e não isolada, pois, efectivamente, eles formam uma verdadeira rede de hipóteses quando encarados como uma estrutura indissociável do território urbano e, logo, do seu planeamento.

Neste âmbito, o rio Mondego constitui a grande possibilidade de reinvenção do espaço público, assumindo-se inegavelmente como o elemento estruturante do território e como a componente da paisagem fundamental para assegurar o ambicionado corredor verde. A diversidade das suas margens extensas, planas, verdejantes, pode ser unificada, formando uma linha verde (do Choupal à Portela). O rio é também a espinha dorsal, a partir da qual podem formar-se corredores de penetração que tirando partido da particular morfologia do território, se estendam, quer pelo tecido urbano consolidado, quer através de zonas de vales, de áreas adjacentes a linhas de água, dos extensos campos

agrícolas, que são “corredores” naturais por excelência.

Na verdade, no território de Coimbra, sobressai não só a excepcional área ocupada pelos espaços verdes, *urbanos* e *não urbanos*, como também as impressionantes (e sugestivas) continuidades, “efectivas” ou “potenciais”, que se estabelecem entre si, opondo-se à fragmentação que hoje caracteriza a paisagem urbana de Coimbra.

São continuidades que poderão constituir uma estratégia de futuro capaz de coser o tecido preexistente e reconstruir o domínio público de modo a estimular a emergência de novas actividades urbanas⁵, controlando assimetrias, confrontos e rupturas e operando para reajustar e redefinir o território de Coimbra. Acima de tudo poderão incrementar uma verdadeira interacção entre a diversidade urbana e as componentes ecológicas da paisagem; entre meio urbano e rural; entre espaços abertos e construídos, entre verdes formais e informais; uma interacção essencial

ao equilíbrio dos cidadãos e da urbanidade que habitam.

Tal como referiu Cristina Castel-Branco, pode, por exemplo, facilmente identificar-se uma sucessão quase ininterrupta de jardins em torno da colina da Alta (associados aos alinhamentos arbóreos das grandes vias oitocentistas), que se estende pelos terrenos da antiga Quinta de Santa Cruz – Jardim da Manga, Jardim da Avenida Sá da Bandeira, Parque de Santa Cruz – até ao Jardim Botânico, e ao pequeno Jardim dos Patos, descendo depois até à Baixa ribeirinha. A mancha verde prolonga-se para a margem esquerda, através do Parque Verde do Mondego (e da sua ponte pedonal), unindo-se ao terreiro do Convento de Santa Clara-a-Velha, ao Portugal dos Pequenitos, às quintas das Lágrimas e das Canas, assim como ao complexo do Estádio Universitário. No entanto, *“o desenvolvimento destes espaços foi sendo feito ao longo dos séculos sem uma noção de conjunto e sem uma coerência estratégica.*

Como resultado, Coimbra chegou ao século XXI com uma área central verde que é cerca de um terço do famoso Central Park de Nova Iorque, sem que a sua dimensão, enriquecida pelo facto de ser atravessada por um rio, tenha sido compreendida como grande espaço de valorização para a cidade e para os que nela vivem ou a ela afluem⁶.

Esta constatação remete claramente para o conceito de “Anel Verde Central” (de articulação entre os espaços verdes públicos históricos e as margens do rio) proposto pelo Plano Costa Lobo, que deveria ser retomado, ampliado e progressivamente concretizado.

Trata-se de uma continuidade expectante, que ganharia força e coesão com a abertura da grande Mata do Botânico à cidade e com a conversão dos espaços exteriores da Penitenciária em zona verde de uso público (como previsto, há mais de 10 anos, pelo PDM). A instalação do metro ligeiro de superfície poderá contribuir para o “fechamento” do Anel Verde, na medida em

que (e sem querer entrar em considerações sobre a legitimidade do traçado proposto e sobre as consequentes e polémicas demolições efectuadas na Rua Direita), rompendo o tecido compacto da “baixinha” e prolongando a Avenida Sá da Bandeira, irá abrir um canal de circulação até ao rio. Eventualmente a cintura verde poderá mesmo prolongar-se para a margem esquerda, com a construção de uma nova ponte pedonal entre as pontes do Açude e de Santa Clara. Por outro lado, este anel verde ligar-se-á à cidade Alta, através dos futuros jardins da Cerca de Santo Agostinho e da Cerca dos Jesuítas, articulada com a Associação Académica Coimbra.

Esta continuidade será profícua, benéfica, para o tecido histórico e para a cidade, para a qualidade ambiental e para os próprios verdes que, na sua individualidade, ganham uma nova dimensão, pela integração num todo global. O centro histórico terá, assim, outra atractividade, outra qualidade urbana, uma

nova e facilitada e confortável mobilidade pedonal, contribuindo para restringir o congestionamento automóvel.

A instituição de um contínuo verde, na verdade, qualifica, transforma, valoriza tanto os verdes que integra, quanto o tecido urbano onde se insere, possibilitando novas relações entre espaços construídos e abertos, verdes ou não.

Uma estrutura ecológica (principal), assumindo-se como uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável do território, deve ser complementada, nouro nível de planeamento, com uma *rede de pequenos espaços verdes públicos urbanos e com diversos outros elementos paisagísticos, como praças arborizadas, maciças arbóreas, jardins privados, árvores de arruamento ou árvores isoladas e logradouros ajardinados*. A dotação adequada destes espaços com equipamento mínimo, em geral economicamente viável, permitiria desempenhar um papel importante no recreio

da população, funcionando como complemento dos grandes espaços verdes, respondendo a diferentes exigências.

Concluindo, os espaços verdes, *urbanos* e *não urbanos*, de Coimbra definem uma verdadeira rede unificadora, estruturante e qualificadora da cidade contemporânea; uma rede capaz de gerar novas interações na malha urbana e novos usos e vivências no seu quotidiano, assim como de absorver os confrontos, disparidades e rupturas da urbanidade. Capaz também de percorrer as morfologias que compõem a cidade, respeitando e assumindo as suas identidades diferenciadas; de contribuir para uma maior coesão, harmonia e equilíbrio entre o tecido histórico e os novos centros urbanos e de tornar mais clara a leitura do território urbano.

Respondendo às aspirações da vida actual, pela sua intrínseca capacidade de adaptação, os espaços verdes permitem fluxos e permanências, onde coexistem dinâmicas de movimento e paragem, tirando partido das

extraordinárias continuidades que os espaços verdes estabelecem no tecido de Coimbra. Espaços feitos de transformação e preservação, de intervenções inovadoras e referências históricas – as alamedas e escadarias barrocas, os jardins e miradouros românticos, as avenidas e *boulevards* oitocentistas, os colégios e conventos enquadrados pela vegetação densa das encostas, os terrenos cultivados que sempre existiram na malha urbana. Criam-se quer espaços de encontro, partilha, socialização, quer espaços de intimismo, recolhimento, contemplação, que fazem sentir a memória de uma harmoniosa convivência com a natureza, como momento de encontro com o mais intuitivo, mais espontâneo que existe no ser humano.

¹ Solà-Morales, Ignasi, “Terrain Vague”, COL.LEGI d’Arquitectes de Catalunya, *Presente y futuros: arquitectura en las ciudades*, Comité d’Organització del Congrés UIA Barcelona 96, Barcelona, 1996

² Magalhães, Manuela Raposo, *A Arquitectura da Paisagem – Morfologia e Complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001, p. 318

³ Solà-Morales, Ignasi, “Terrain Vague”, COL.LEGI d’Arquitectes de Catalunya, *Presente y futuros: arquitectura en las ciudades*, Comité d’Organització del Congrés UIA Barcelona 96, Barcelona, 1996

⁴ Idem

⁶ Castel-Branco, Cristina, “Os jardins de Coimbra – um colar verde dentro da cidade”, in *Monumentos*, nº 25, Setembro de 2006

Bibliografia

ALVES, A. A. Monteiro...[et. al], *Paisagem*, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1997

ANDERSEN, Teresa (coordenação editorial), *Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian – Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003

ARAÚJO, Ilídio, *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, Lisboa, 1962

ARAÚJO, Yann, *A Quinta de Santa Cruz: contributo Para o Estudo da sua História Contemporânea*, Fundação Passos Canavarro, Santarém, 2002

BANDEIRINHA, José António (texto), JORGE, Filipe (fotografia), *Coimbra Vista do Céu*, Argumentum, Lisboa, 2003

BENEVOLO, Leonardo, *História de la Arquitectura Moderna*, Gustavo Gili, Barcelona, 1974

BERNASCHINA, Paulo (coordenação), *Transnatural*, Artex, Coimbra, 2006

BORGES, Nelson Correia, *Coimbra e Região*, Editorial Presença, Lisboa, 1987

BOWE, Patrick, *Jardins de Portugal*, Quetzal, Lisboa, 1989

CABRAL, Francisco Caldeira, *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa, 1993

CAMPINOS, Rui, *Estrutura verde de Coimbra*, Divisão do Plano Director Municipal, Câmara Municipal de Coimbra, Abril de 1989

CARITA, Hélder, CARDOSO, Homem, *Tratado da grandeza dos Jardins em Portugal, ou da originalidade e desaires desta Arte*, edição de autor, 1987

CASTEL-BRANCO, Cristina, “Os jardins de Coimbra – um colar verde dentro da cidade”, in *Monumentos*, nº 25, Setembro de 2006

CLÉMENT, Gilles, *Manifesto del tercer paisaje*, Gustavo Gili, Barcelona, 2007

COL.LEGI d'Arquitectes de Catalunya, *Presente y futuros: arquitectura en las ciudades*, Comité d'Organització del Congrés UIA Barcelona 96, Barcelona, 1996

CORREIA, Fernando, FARINHA, Nuno, *Coimbra - Parques e Jardins*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, 2001

CORREIA, Virgílio, *Inventário Artístico de Portugal, Cidade de Coimbra*, Vol. II, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1947

COSTA, Alexandre Alves... [et al.], *A Alta de volta: concurso de ideias para o plano de reconversão dos espaços dos Colégios de S. Jerónimo, das Artes, Laboratório Químico e área envolvente*, EDARQ-Edições do

Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, 1997

DAVID, Ana (coordenação editorial), *Vazios Urbanos*, Trienal de Arquitectura de Lisboa, Lisboa, 2007

DIAS, Pedro, *Coimbra – Arte e História*, Paisagem Editora, Porto, 1983

ENGE, Torsten Olaf, SCHROER, Carl Friedrich, CLABEN, Martin, WIESENHOFER, Hans, *Garden Architecture in Europe*, Taschen, Alemanha, 1992

FERREIRA, Ana, *Metropolis Verde*, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004

FERREIRA, Carolina, *Coimbra aos pedaços: uma abordagem ao espaço urbano da cidade*, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de

Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007

FIGUEIREDO, A. C. Borges, *Coimbra Antiga e Moderna*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1886

FRAMPTON, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, Martins Fontes, São Paulo, 2000

GOMES, Paulo Varela, *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1987

GRANDE, Nuno, “Coimbra como projecto urbano”, in ecdg 3, Novembro 2000

GUCCIONE, Biagio, *Parchi e Giardini Contemporanei – Cenni sullo specifico paesaggistico*, Alinea Editrice, Florença, 2001

HENRIQUES, Júlio, *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1876

JELLICOE, Geoffrey e Susan, *The Landscape of man – Shaping the environment from prehistory to the present day*, Thames and Hudson, Londres, 1995

LEITE, Ana Cristina, “Alegorias do Mundo: a Arte dos Jardins”, in PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, 7º vol., Círculo de Leitores, 2007

LEITE, Ana Cristina, “Santa Cruz, jardins de”, in FERNANDES, José (direcção), PEREIRA, Paulo (coordenação), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989

LOBO, Rui, *Santa Cruz e a Rua da Sofia – Arquitectura e urbanismo no século XVI*, EDARQ-Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra, 2006

LOBO, Rui, “Coimbra: evolução do espaço urbano”, in ecdg 3, Novembro 2000

MAGALHÃES, Manuela Raposo, *A Arquitectura da Paisagem – Morfologia e Complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa, 2001

MAGALHÃES, Manuela Raposo, *Espaços verdes urbanos*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território, 1992

MAGALHÃES, Raquel F. Romero, “A Urbanização da Quinta de Santa Cruz: Uma Nova Cidade no Flanco de uma Velha Cidade”, in *Arquivo Coimbrão*, vol. 35, Coimbra, 2002

MARTORELL, Francisca Joana, PESSOA, Lúcia, “Jardim da Manga, Coimbra: Obras de Conservação e Beneficiação 1999-2000”, in *Monumentos*, nº 13, Setembro de 2000

MENDES, Rui, *Instalações Académicas de Coimbra*, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e

Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004

NUNES, Mário, FRANÇA, Pedro, *A Lapa dos Esteios*, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, 1991

PENHA, Maria Raquel, *Coimbra: caminhos de uma cidade: evolução morfológica da cidade do Mondego*, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005

QUINTEIRA, António José Ferreira, *Jardim da Manga*, GAAC- Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, 2000

REBELO, João (coordenação), *Evolução do espaço físico de Coimbra*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2006

RIBEIRO, Ana Patrícia, *Coimbra: Prosa e Poesia: Uma Reflexão sobre a Cidade e as*

suas Arquitecturas, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra,

ROSMANINHO, Nuno, *O princípio de uma “Revolução Urbanística” no Estado Novo*, Minerva Editora, Coimbra, 1996

ROSSA, Walter, “Cidade: o sonho de Nero, o desenho, o comércio tradicional e outras provocações expressas de forma desordenada”, in ecdj 3, Novembro 2000

ROSSA, Walter, “Coimbra como território”, in ecdg 6.7, 2003

SANTOS, Lusitano dos, *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra*, Museu Nacional Machado de Castro, programa “Coimbra Antiga e a Vivificação dos Centros Históricos”, Coimbra, 1983

SOUSA, Luís, *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: Introdução ao Estudo da sua Evolução*, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001

SOUSA, Maria Armada de Almeida, *O Mosteiro de Santa Cruz: Especial Incidência sobre o Jardim de Santa Cruz (ou Sereia)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000

TEIXEIRA-DIAS, Jorge, *Coimbra 2010 Odisseia no Espaço*, Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2003

TELLES, Gonçalo Ribeiro, *A Utopia e os Pés na Terra*, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2003

TELLES, Gonçalo Ribeiro, *Paisagem Global. Um Conceito para o Futuro*, in "Iniciativa" nº especial, Abril de 1994.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (coordenação), *Plano Verde de Lisboa – Componente do Plano Director Municipal de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa, 1997

TEYSSOT, Georges, MOSSER, Monique, *The history of garden design: the western tradition from the renaissance to the present day*, Thames and Hudson, Londres, 1991